AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

TRIGO

VOLUME 12 NÚMERO 4 ABRIL DE 1988

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

IMPRESSO

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro **(Chefe do Cea/Ibre/FGV)**

Núcleo editorial: Boris Gheventer, Fernando Roberto de Freitas Almeida e Maria José Cyhlar Monteiro.

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer **(preços no nível do produtor)**, fone: 233-6443; v a g o **(pecuária e cacau)**, fone: 233-6443; Eliana Conde Barroso Leite Viglio **(arroz, feijão e tomate)**, fone: 233-6338; Fernando Roberto de Freitas Almeida **(soja, trigo e uva)**, fone: 233-6443; v a g o **(café e amendoim)**, fone: 253-2066; v a g o **(cana-de-açúcar, álcool, mandioca)**, fone: 233-6338; v a g o **(algodão, outras fibras vegetais e laranja)**, fone: 233-6338; Irene Raguenet Troccoli **(milho, aves e suínos)**, fone: 253-1263; Janet Fajardo Zaidhaft **(cebola e mamona)**, fone: 253-1263; Maria José Cyhlar Monteiro **(política agrícola)**, fone: 233-6195; e Martha Macedo de Lima Barata **(aveia, centeio, cevada e sorgo)**, fone: 253-1263.

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin **(preços de terras, salários e serviços)**, fone: 233-6338; Lúcio Junqueira Campos **(preços recebidos)**, fone: 233-6195; Mário Sachs Rabello **(índices e relações de trocas)**, fone: 233-8588; e Oraide Terezinha Novaes **(preços de insumos)**, fone: 253-2066.

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego **(bibliotecária)** e Maria Célia Ávila Bezerra.

Técnico de editoração: João Daniel de Castro Filho.

Serviços de secretaria: Vilma Tavares de Lima Oliveira **(secretária)**, fone: 233-6040; Lúcia Maria Santos de Paula e Rosa Cristina da Silva Leite.

Microcomputador: Bruno da Silva Junior.

Composição: Iolanda Aparecida da Silva e Neli Martins Mascarenhas.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda. (PABX 224-7732 – 231-3213).

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– n.1– 1977–
1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicita-se aos leitores que, na eventual comunicação de mudança de endereço, remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

NOTA DA EDIÇÃO

O governo vem de anunciar, mais uma vez, a retirada do denominado ***subsídio do trigo****. Em 12 de junho de 1987, no contexto do* ***Plano de Consistência Macroeconômica****, proclamara-se, mais uma vez, esta intenção. Foi, contudo, preservado o incentivo à produção, mediante o pagamento ao agricultor de um preço equivalente, na ocasião, ao dobro do vigente no mercado internacional, e o governo continuou responsabilizando-se pelas despesas de compra, transporte, seguro, estocagem, contratação de importações e distribuição do produto. Sem os necessários reajustes do preço de venda aos moinhos, a cada alteração da taxa de câmbio, o subsídio persistiu.*

A intervenção governamental na produção tritícola é antiga, podendo-se citar a criação do ***Serviço de Expansão do Trigo (SET)****, em 1944, como o embrião da vasta infra-estrutura de apoio à atividade. Ao mesmo tempo, a inclusão dos derivados na merenda escolar serviu para a disseminação em todo o território nacional do hábito de consumo do trigo que, paulatinamente, substituiu o uso de raízes e tubérculos nativos na dieta do povo brasileiro. Também os* ***Acordos do Trigo****, feitos com os* ***EUA****, na década de 1950, contribuíram para estimular importações, sob a égide da* ***PL 480****. Aliás, hoje se contestam as compras de trigo da* **Argentina**, *previstas nos* ***Protocolos de Expansão Comercial*** *mas, em 1955, aquele país supria 91% das importações brasileiras.*

Em sua forma atual, o subsídio ao consumo data de 1972, ano de acelerada alta das cotações internacionais dos cereais, que assustaram governos de todo o mundo. Àquela ocasião, as autoridades brasileiras optaram por não repassar aos consumidores a diferença entre os preços do trigo importado, majoritário, e os do produzido internamente. Dois anos depois, porém, os preços mundiais caíram e o subsídio poderia ter sido extinto, mas a preocupação com o imediato impacto sobre a inflação impediu que se tomasse tal decisão. A partir daí, com a incessante alta dos índices inflacionários e reajustes nominais do preço de venda aos moinhos cada vez mais espaçados, o ônus só fez aumentar.

A presente edição de ***Agroanalysis*** *apresenta oportuna matéria sobre o assunto, em que é discutida especificamente a questão do posicionamento da indústria moageira do trigo. Sabendo-se que ainda não foi anunciada qualquer modificação na estrutura de comercialização, deverá, assim, ganhar destaque o debate sobre os rumos da atividade, mormente, quando se aproxima o início do plantio da safra de inverno.*

Lamentavelmente, o governo federal, premido pelas circunstâncias, tomou a decisão de reajustar em nível elevado os preços do trigo e seus derivados, em um momento de inflação alta e perda progressiva do poder de compra da população.

SUMÁRIO

ACOMPANHAMENTO DE SAFRA
- **Algodão** 2
- **Milho** 8

ENSAIOS ESPECIAIS
- **Trigo** 13

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 24

PREÇOS RECEBIDOS E RELAÇÃO DE TROCAS 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS
- **Mercado Externo** 26
- **Mercado Interno** 28
- **Relativos** 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

ALGODÃO

As notícias referentes à safra não acusam perdas substanciais de qualidade. Há relativa folga na disponibilidade e forte tendência de queda dos preços internacionais, em um contexto de acentuada retração do mercado interno de confecções.

A intenção de se plantar área maior na safra 1987/88, tanto na região **Centro-Sul** quanto no **Nordeste**, derivou, basicamente, do aumento real conseguido pelo preço do produto beneficiado em 1987 – 92% acima da inflação em apenas três meses (de julho a setembro) – e, principalmente, pela perspectiva de preços firmes durante todo o ano de 1988 face à estimativa de certo **aperto** no suprimento (ver **Agroanalysis**, volume 11, número 9, setembro de 1987).

O mais recente levantamento do **IBGE**, em janeiro, para a região meridional, indica que os produtores ampliaram o plantio em 2,4% sobre o **Prognóstico** de outubro e 15,7% sobre a área colhida na safra 1986/87.

Os estados de **Minas Gerais** e **Mato Grosso** foram os que elevaram suas áreas além do que se previa à época do **Prognóstico.** À exceção apenas de **Mato Grosso do Sul**, todos os demais estados que compõem a região meridional elevaram significativamente as suas áreas em relação à safra passada (ver Quadro 01).

O desenvolvimento da cultura no **Centro-Sul**, a partir de janeiro, enfrentou, entretanto, alguns reveses decorrentes de condições climáticas pouco favoráveis em alguns estados produtores, o que pode vir a comprometer a estimativa de colheita de cerca de 1,9 milhão de t de algodão em caroço.

No **Paraná**, chuvas em demasia ocorridas em novembro lixiviaram o solo, retirando os fertilizantes que, devido aos seus elevados custos, não foram repostos. Posteriormente, a alternância de temperatura (dias quentes e secos e noites frias) prejudicou o porte das plantas, que ficou aquém do normal. A estiagem prolongada, entre meados de dezembro e janeiro, encontrou uma plantação já enfraquecida, levando à queda das **maçãs.** Em fevereiro, ocorreu forte chuva, mas a expectativa é que elas não tragam problemas de qualidade. Segundo o **Departamento de Economia Rural** do **Paraná (Deral)**, da estimativa inicial de produção de 815 mil t a 895 mil t esperam-se colher entre 740 mil t e 810 mil t, números bem inferiores ao estimado pelo **IBGE** em janeiro.



Em **São Paulo**, a estiagem prolongada em janeiro e a maior incidência do **bicudo** e de **ácaros**, pragas de difícil controle, também devem ter prejudicado a produtividade física esperada da lavoura. Como normalmente este estado colhe mais cedo, as chuvas que se seguiram a partir de meados de fevereiro podem ter afetado até 40% da lavoura pronta para ser colhida.

As previsões de quebra apontam para um percentual de 4% sobre a estimativa inicial de cerca de 650 mil t de algodão em caroço.

Minas Gerais também teve revisão de estimativa para menos. Segundo a **Emater**, que cobre informações de 80% da área de algodão, estima-se que o estado não deverá produzir mais de 150 mil t, em função da prolongada estiagem persistente na principal área produtora (norte do estado). Além disso, a escassez de sementes melhoradas, sua complementação com o plantio do caroço do algodão e a forte presença do **bicudo**, têm sido apontadas como graves empecilhos ao retorno dos níveis médios de produtividade (1.400 kg/ha).

No **Mato Grosso do Sul** e em **Goiás**, a cultura vem-se desenvolvendo normalmente, podendo ser mantidos os prognósticos elaborados pelo **IBGE.**

Com base nestas novas observações, é possível que a região meridional colha cerca de 1,8 milhão de t

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

QUADRO 01 – ESTADOS SELECIONADOS DA REGIÃO CENTRO-SUL – – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO ALGODÃO EM CAROÇO – SAFRAS 1985/86 A 1987/88

ESTADO	SAFRA 1985/86	SAFRA 1986/87	SAFRA 1987/88 1ª estimativa[1]	SAFRA 1987/88 2ª estimativa[2]
Paraná				
Área (ha)	415.000	386.000	451.000	451.000
Produção (t)	768.434	711.880	856.900	856.900
Rendimento (kg/ha)	1.852	1.844	1.900	1.900
São Paulo				
Área (ha)	355.975	325.300	356.400	356.400
Produção (t)	701.270	567.131	650.000	650.000
Rendimento (kg/ha)	1.970	1.743	1.824	1.824
Minas Gerais				
Área (ha)	161.604	131.436	127.889	150.208
Produção (t)	169.903	59.923	169.950	193.842
Rendimento (kg/ha)	1.051	456	1.329	1.290
Goiás				
Área (ha)	34.564	25.332	45.800	45.800
Produção (t)	85.740	58.000	100.550	100.550
Rendimento (kg/ha)	2.481	2.290	2.195	2.195
Mato Grosso do Sul				
Área (ha)	49.955	50.300	50.000	49.178
Produção (t)	61.151	67.974	75.000	73.767
Rendimento (kg/ha)	1.224	1.351	1.500	1.500
Mato Grosso				
Área (ha)	16.015	13.307	21.556	25.317
Produção (t)	20.408	16.308	27.713	33.845
Rendimento (kg/ha)	1.289	1.226	1.286	1.337
TOTAL				
Área (ha)	1.033.153	931.675	1.052.645	1.077.903
Produção (t)	1.806.906	1.481.216	1.880.193	1.908.984
Rendimento (kg/ha)	1.749	1.590	1.786	1.771

FONTE – IBGE.
[1] Prognóstico de dezembro de 1987;
[2] janeiro de 1988.

de algodão em caroço, o equivalente a 640 mil t de algodão em pluma.

No **Nordeste**, a expectativa é de excelente produção, apesar da quase dizimação da lavoura, na safra passada, pelo ataque não controlado do **bicudo** e pela estiagem. Recorde-se que a quebra detectada em alguns estados na safra 1986/87 alcançou mais de 70%, levando a produção ao seu nível mais baixo nos últimos quinze anos (ver **Agroanalysis**, volume 11, número 12, dezembro de 1987).

O esforço no sentido do uso de sementes melhoradas e mais resistentes a pragas e doenças e, principalmente, a destinação de recursos para o financiamento da produção de algodão herbáceo irrigado na região, são as principais razões para que se estimem elevações de produção acima de 200% (ver Quadro 02).

Apenas com as estimativas preliminares das unidades da **Federação** que já informaram sobre a safra 1988, a produção de algodão em caroço da região **Nordeste** está estimada em 582 mil t, já ultrapassando a safra obtida em 1986. Como ainda resta conhecer a estimativa de cinco estados, que respondem por cerca de 20% da produção, é possível que a

QUADRO 02 – ESTADOS SELECIONADOS DA REGIÃO NORTE/NORDESTE – – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO ALGODÃO EM CAROÇO – SAFRAS 1985/86 A 1987/88

ESTADO	SAFRA 1985/86	1986/87[1]	1987/88[2]
Piauí			
Área (ha)	219.876	197.631	...
Produção (t)	79.592	29.881	...
Rendimento (kg/ha)	326	151	...
Ceará			
Área (ha)	761.331	306.821	520.797
Produção (t)	98.835	30.224	161.419
Rendimento (kg/ha)	130	98	310
Paraíba			
Área (ha)	324.827	120.853	162.513
Produção (t)	26.874	11.200	32.349
Rendimento (kg/ha)	83	93	199
Bahia			
Área (ha)	132.383	179.088	261.711
Produção (t)	11.791	52.577	324.618
Rendimento (kg/ha)	89	293	1.240
Outros			
Área (ha)	613.028	236.597	192.126
Produção (t)	66.971	27.645	63.720
Rendimento (kg/ha)	109	117	331
TOTAL			
Área (ha)	2.126.434	1.040.990	1.137.147
Produção (t)	507.414	151.527	582.106
Rendimento (kg/ha)	239	145	512

FONTE – IBGE.

[1] **Estimativa de janeiro de 1988;**

[2] **estimativa (jan/88) apenas para os seguintes estados:** Maranhão **(arbóreo)**, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia **(herbáceo).**

safra setentrional supere 730 mil t, sob condições normais. Adotando-se um rendimento industrial de 35% para a **Bahia** e de 31% para beneficiamento dos demais algodões nordestinos, a produção de pluma a ser obtida por esta região poderá alcançar cerca de 240 mil t.

Destarte, o país pode então produzir, no máximo, cerca de 880 mil t de algodão em pluma, total que supera em larga escala a expectativa de demanda para este ano (cerca de 750 mil t), configurando-se, assim, um quadro não só diametralmente oposto ao do ano passado (quando o consumo superou a quantidade produzida), mas muito mais folgado do que se esperava quando das estimativas de suprimento de antes do plantio da nova safra meridional.

É ainda cedo, entretanto, para se admitir como prováveis estas novas condições da produção nordestina, pois a safra setentrional apenas inicia seu plantio. Assim sendo, o mercado está operando com uma expectativa mais conservadora para a produção do **Nordeste**, variando, em média, ao redor de 190 mil t.

Por outro lado, existem algumas controvérsias a respeito dos estoques de passagem, o que é natural, no período que se aproxima, de comercialização de 80% da safra brasileira. Contudo, considerando-se os rendimentos industriais para a transformação do algodão em pluma (35% no **Centro-Sul** e **Bahia**, 36% no **Paraná** e 31% no **Nordeste**), sobre o último levantamento da produção (janeiro) de 1,67 milhão de t de algodão em caroço, a produção brasileira de pluma, no ano passado, teria sido próxima de 591 mil t que, adicionadas aos estoques iniciais, de 444 mil t (**CFP**), e às importações (estimadas em 50 mil t) perfariam uma oferta de

1,08 milhão de t. Deste total, cerca de 750 mil t teriam sido consumidas pelo mercado interno e 150 mil t exportadas, restando, portanto, um estoque de passagem de cerca de 185 mil t, o bastante para garantir à indústria um suprimento equivalente a quase três meses de consumo, quando, normalmente, dois meses já seriam suficientes (ver Quadro 03). Sem dúvida, este quadro permite às indústrias trabalharem com menos preocupação, ainda mais levando-se em consideração as tendências dos mercados interno e externo dos manufaturados têxteis para este ano.

Até o penúltimo trimestre do ano passado, o mercado interno para as confecções de algodão, ainda que bem menos dinâmico do que estivera em 1986, conseguiu evoluir com certa regularidade, mormente após a decretação do chamado **Plano Bresser**, que concedeu algum otimismo às previsões iniciais. A partir de novembro, e às vésperas do Natal, a queda do poder de compra da população foi de tal ordem, que algumas vendas só aconteceram lançando-se mão das liqüidações, fato inédito, já que este recurso é usado normalmente para eliminar os estoques após as festas de final de ano. A perspectiva de maior elevação nas taxas de inflação, podendo culminar em fortes restrições à política salarial, certamente deteriorará ainda mais o poder aquisitivo da população. Neste sentido, a expectativa é de um quadro ainda mais sombrio para as vendas internas, no decorrer deste ano. O Gráfico 01 demonstra esta tendência, apresentada pela queda vertiginosa do indicador do nível de consumo, mormente no último trimestre do ano passado.

Quanto às exportações de manufaturados têxteis, já foi amplamente apontada sua importância na elevação da demanda de algodão em pluma em 1987 (ver **Agroanalysis**, volume 11, número 9, setembro de 1987).

Para este ano, entretanto, um ce-

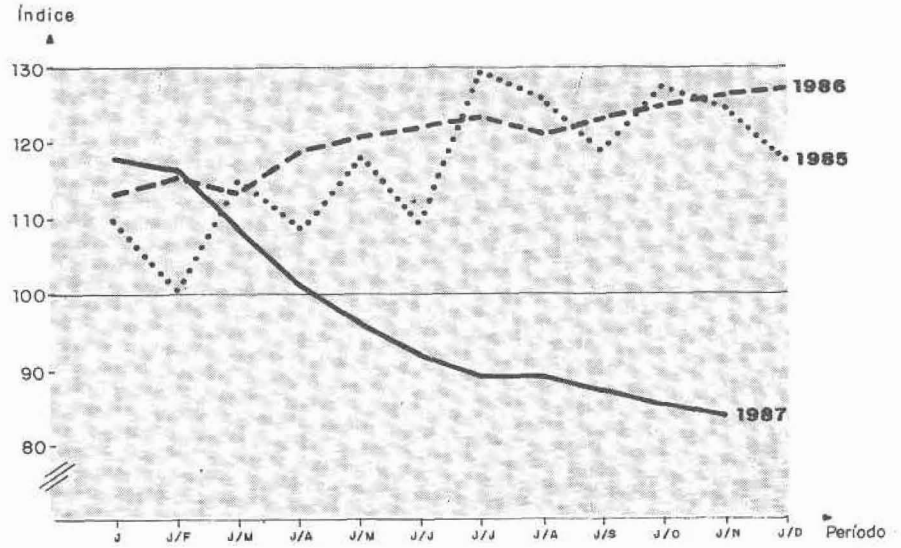
QUADRO 03 – BRASIL – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE ALGODÃO EM PLUMA – 1987 E 1988 – (em mil t)

DISCRIMINAÇÃO	1987		1988[1]
	A	B	
Estoque Inicial	444,0	444,0	185,0
Governo	151,8	151,8	50,0
Setor Privado	292,2	292,2	135,0
Produção	552,7	591,0	830,0
Centro-Sul	502,0	525,0	640,0
Norte-Nordeste	50,7	66,0	190,0
Importação[2]	50,0	50,0	(*)
Suprimento	1.046,7	1.085,0	1.015,0
Consumo	742,5[3]	750,0	750,0
Excedente	304,2	335,0	265,0
Exportação	150,0[2]	150,0	140,0[4]
Estoque Final	154,2	185,0	125,0[5]

FONTE – CFP, IBGE.
A – Estimativa de agosto de 1987;
B – estimativa de janeiro de 1988.
1 previsão;
(*) sem previsão;
2 estimativa;
3 média do intervalo 735-750 mil t;
4 significa máximo exportável deduzindo-se, do excedente, o estoque de segurança necessário ao suprimento de dois meses de consumo industrial;
5 mínimo de segurança.

BRASIL – COMÉRCIO GERAL – INDICADOR DO NÍVEL DE CONSUMO (INC) – VARIAÇÃO ACUMULADA[1] (VALORES REAIS[2]) 1986-1987

GRÁFICO 01



FONTE – Ministério da Indústria e do Comércio.
1 Base – igual período do ano anterior; 2 deflator específico para cada ramo do comércio.

nário menos alentador começa a se desenhar no mercado internacional, em virtude da possibilidade de **desaquecimento** da economia norte-americana, para onde se destinam 25% das exportações brasileiras de manufaturados têxteis, e de algumas nações européias, mormente **Alemanha Ocidental**, responsáveis pela absorção de 10% dos produtos têxteis exportáveis brasileiros. Além disso, existe a possibilidade de o **Canadá**, terceiro maior mercado têxtil para o produtor brasileiro fazer retornar a imposição de quotas às exportações.

Por outro lado, as discussões em torno da renovação do **Acordo Multifibras**, que rege o mercado internacional de têxteis, prevista para o mês de março, com os **EUA**, vem ocorrendo em bases, se não tão promissoras, pelo menos com possibilidades de algum ganho em termos de ampliação de quotas, mesmo porque a indústria norte-americana obteve melhores resultados no ano passado, eliminando qualquer alegação de desorganização do seu mercado interno, devido às importações de têxteis. Além disso, é bastante insignificante o peso do **Brasil** na pauta norte-americana (estima-se ser menor que 3%), amenizando possíveis retaliações.

Ainda que o **Brasil**, mesmo em condições mais favoráveis, como no ano passado, não consiga preencher suas quotas este ano – para os fios de algodão, por exemplo, o percentual de utilização não chegou a 80%, em 1987 – é importante que se obtenha a ampliação das mesmas, como forma de garantia de mercado a mais longo prazo, já que a renovação destes acordos tem validade trienal. Sendo assim, se o segmento têxtil conseguir repetir a **performance** das exportações de 1987 (até setembro, período disponível das estatísticas de exportações, o capítulo relativo a matérias têxteis e suas obras apurou, em valor, US$ 830 milhões, 13,5% a mais do que no mesmo período do ano anterior; por isso, é bem provável que o segmento tenha vendido mais de US$ 1 bilhão até dezembro) é possível que a demanda interna de algodão em pluma gire em torno de 720 mil t a 750 mil t, para 1988.

Neste nível de demanda, talvez máximo, o mercado interno poderá se deparar com um excedente da ordem de 265 mil t, suficiente para mais de quatro meses de suprimento, o dobro do necessário (ver Quadro 03), razão pela qual se acredita que os preços se elevem em níveis inferiores à inflação, revertendo a expectativa inicial. Ano passado, o excedente (descontando-se a importação) também ficou relativamente próximo ao previsto para este ano, contudo dois fatores contribuíram sobremaneira para sustentar os preços internos: o excelente desempenho das cotações internacionais e o **aperto** no suprimento de fibras melhores.

Para este ano, o cenário externo aparenta ser menos promissor e as notícias sobre a safra brasileira não acusam perdas substanciais de qualidade. Corroborando este quadro de relativa **folga** na disponibilidade interna do produto, existe a forte tendência de redução nos preços internacionais, o que compromete o escoamento externo de parte deste excedente que, de outro modo, poderia até garantir ganhos reais ao mercado.

Internacionalmente, as cotações vinham-se sustentando pela redução dos estoques mundiais, devido à superação, ao longo dos dois últimos anos-safras (1986/87 e 1987/88), da demanda sobre a produção. Outrossim, as reestimativas para menos nas produções da **URSS**, **Índia** e **Paquistão**, com rumores, também, de importações por parte da **URSS**, dos tipos norte-americanos, deram certa firmeza aos preços até o final do ano. Em janeiro, entretanto, as novas estimativas de produção elevaram-se, notadamente nos três maiores países produtores – **China**, **EUA** e **URSS**, ao mesmo tempo que as expectativas referentes à demanda se atenuaram. Com isto, os estoques finais, que tiveram sua mais baixa estimativa em dezembro (25,7 milhões de fardos) praticamente aproximando-se da média histórica, elevaram-se em 4,2%, para 26,8 milhões de fardos, ocasionando a redução das cotações (ver Quadro 04 e Gráfico 02).

Como as expectativas, tanto de consumo quanto de exportações, estão a indicar redução, referentemente ao ano passado, somente uma grave quebra de produção poderá vir a reverter a tendência de **frouxidão** nos preços. Desconsiderando-se o imprevisível, é possível que os preços internacionais se situem, este ano, ao redor dos US¢ 60/libra-peso. Mesmo

QUADRO 04 – ALGODÃO EM PLUMA – ESTOQUE, PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÕES MUNDIAIS – 1985/86, 1986/87 E 1987/88
(milhões de fardos de 480 libras-peso)[1]

DISCRIMINAÇÃO	1985/86	1986/87	1987/88			
			out/87	nov/87	dez/87	jan/88
Estoque Inicial	42,3	45,3	32,3	31,6	31,5	31,6
Produção	79,1	69,7	77,7	77,0	76,8	77,4
Consumo	76,8	82,9	82,6	82,4	82,3	81,9
Exportação	20,5	25,8	24,0	24,4	24,2	24,3
Estoque Final	45,3	31,6	27,1	26,1	25,7	26,8

FONTE – "World Cotton Situation" – Foreign Agricultural Service – USDA.
[1] Situação em janeiro de 1988.

que o mercado interno não apresente ganhos reais, o diferencial de preços, hoje, já é superior à própria desvalorização cambial, que barateia as exportações brasileiras.

Por isso, seria preciso que os preços internos caíssem nominalmente para que se viabilizassem as vendas ao exterior, o que é improvável, pela própria política de sustentação de preços implementada internamente. Neste caso, será necessário, para que parte do excedente previsto encontre competitividade internacional, algum tipo adicional de incentivo à exportação. Talvez o retorno da isenção do **ICM**, ou a dilatação no prazo de seu recolhimento volte a ser adotada, se o governo não pretender arcar com a compra deste excesso, provavelmente dos piores tipos.

Mesmo que na safra brasileira melhore substancialmente a participação dos tipos bons (6/7 para menos), este ano, e que o suprimento seja mais do que suficiente para atender a demanda, a área industrial, possivelmente por uma questão de preço mais atraente no mercado internacional, deverá pressionar a importação de algodão via **draw-back** a partir do segundo semestre, quando as cotações normalmente se deprimem, face à entrada da safra do **Hemisfério Norte.** O mercado interno começa a refletir a antecipação deste cenário: as cotações de algodão em pluma vêm apresentando evolução real negativa, conforme apresentado no Gráfico 02. Portanto, é esperada uma estratégia de compras paulatinas pelas indústrias (processo denominado "da mão para a boca") pelo menos até a entrada em operação dos EGF previstos para maio, quando, então, as cotações poderão ser sustentadas pela redução da oferta interna, o que deverá ocorrer até agosto.

No segundo semestre, normalmente os preços se retraem, em uma conjuntura de abastecimento folgado: entra a safra setentrional, prevista como sendo bastante superior, relativamente à passada e, em nível internacional, inicia-se a colheita da safra do **Hemisfério Norte.** Caso sejam liberadas as importações, sem ao menos o contrabalanço do escoamento do excedente para o mercado externo, é possível que ocorram AGF além do que o governo se dispõe a comprar, já que o custo dos EGF deve evoluir acima da variação dos preços, desencorajando a permanência dos algodões nesta modalidade de crédito de comercialização.

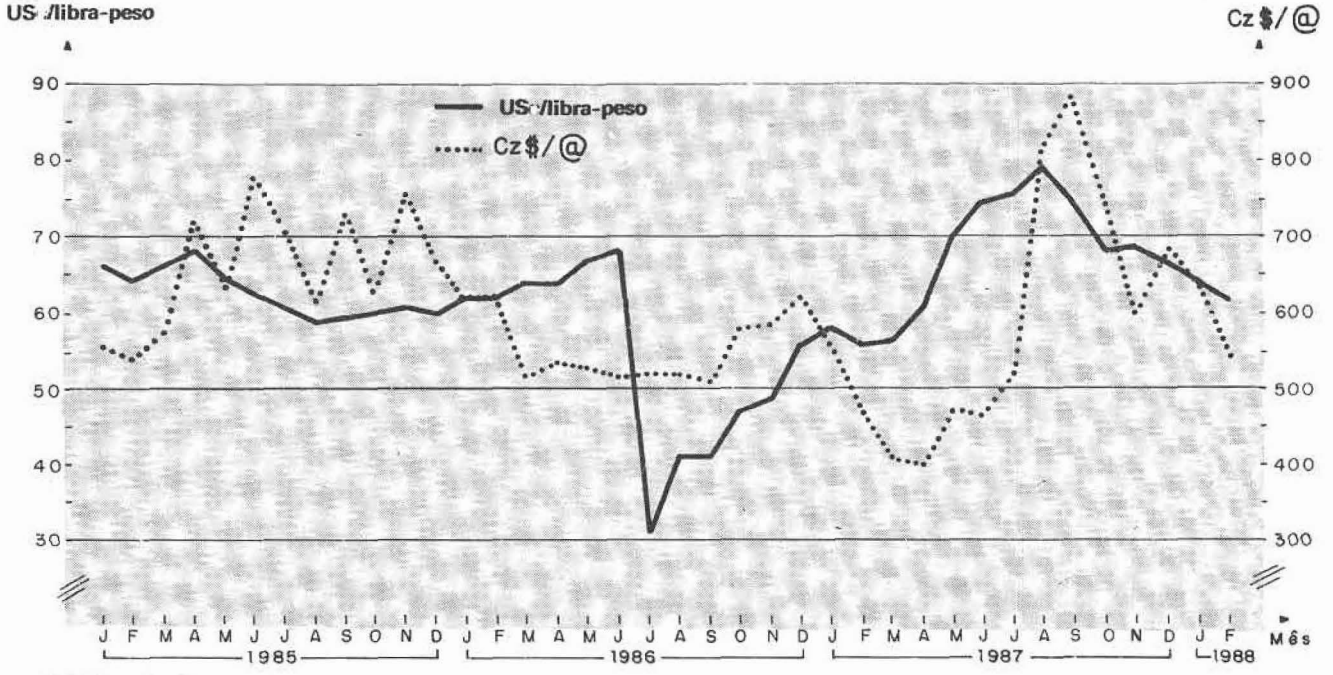
No nível do produtor, é possível que aqueles que conseguirem antecipar suas vendas possam auferir um preço melhor, com receitas reais superiores às do ano passado, mas não aquelas esperadas à época da decisão de plantio.

Diferentemente do ano passado, a conjuntura algodoeira de agora aponta para uma distribuição mais eqüitativa dos ganhos da cotonicultura.

ALGODÃO EM PLUMA – MÉDIA MENSAL DAS COTAÇÕES DIÁRIAS DO PRIMEIRO FUTURO[1] NA BOLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO E NA BOLSA DE NOVA IORQUE – 1985-88[2]

Cz$/@ e US$/libra-peso

GRÁFICO 02



FONTE – BMSP e Bolsa de Nova Iorque.

[1] Corrigidas pelo IGP-DI, para abril de 1987; [2] até fevereiro de 1988.

MILHO

Enquanto a safra é estimada em 23 milhões de t, espera-se que o consumo, em 1988, supere os 25 milhões de t, 3% menor do que o verificado no ano passado. Como os plantéis de aves e suínos respondem por cerca de 60% do consumo total, seu desempenho repercutirá profundamente sobre o mercado do milho.

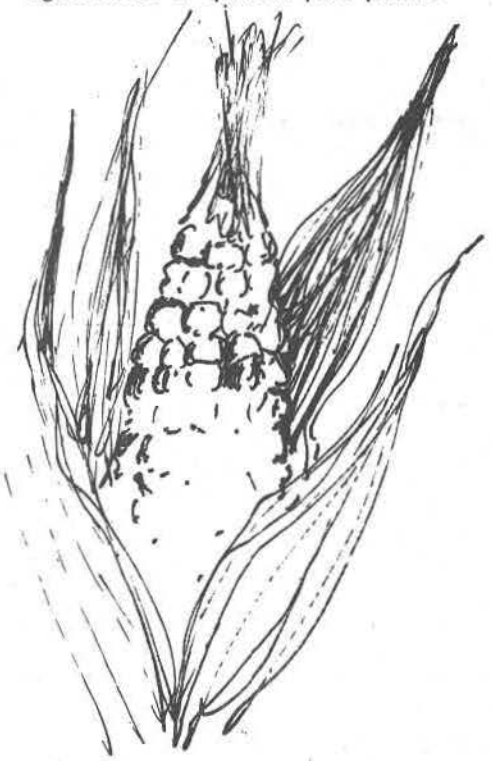
As estimativas da safra 1987/88, feitas até fins de fevereiro, apontam para uma produção inferior à do ano passado. Essa quantificação, porém, é dificultada pela impossibilidade de se prever a safra da região **Nordeste**, que ocorrerá em meados do ano.

No mês de janeiro, o **IBGE** avaliou a oferta do **Centro-Sul** em 22,9 milhões de t, obtidas em área de 9,5 milhões de ha, com rendimento físico médio de 2.419 kg/ha. A área e a produção são inferiores às observadas em 1986/87, com redução de 11% em ambas.

No que se refere à extensão da área cultivada, era de se esperar tal resultado. As condições em que ocorreu a comercialização do milho, ao longo de 1987, frustraram os produtores que, em 1986, tinham-se animado com este cultivo, destinando-lhe áreas normalmente reservadas à soja. Nem mesmo o cancelamento do **deságio** sobre o preço mínimo do milho e sua substituição pela decisão de, além da valorização, de acordo com a **OTN**, adicionar ainda 1,2% de aumento real a cada mês, foram suficientes para amenizar o desestímulo quanto à manutenção dos milharais.

Assim, no **Paraná**, principal estado produtor, os agricultores foram atraídos pela situação vigente no mercado da soja, cuja área cultivada aumentou 22% frente à da safra anterior, praticamente equiparando-se à do milho.

Por outro lado, a avaliação de que o rendimento físico no estado seria da ordem de 2.600 kg/ha certamente terá de ser revista, para menos. Isto porque a ocorrência de **veranico** em várias zonas de produção afetou a cultura, principalmente em suas fases de desenvolvimento vegetativo e floração, ao mesmo tempo em que prejudicou o plantio da chamada **safrinha**. A propósito desta semeadura tardia, o **Deral-PR** avaliou sua extensão, no presente ano (que já sofrera contração de 57% nos dois últimos anos-safras), em 190 mil ha, 11% a menos do que a área colhida em 1987. A lucratividade auferida com o trigo na última safra, que deverá levar os agricultores a optarem pelo plantio deste último, após a colheita do milho semeado no ano passado, e o atraso que a estiagem causou no plantio da soja (prejudicando a semeadura, em seqüência, do milho da segunda safra) são fatores que colaboraram para esta contração.



Deste modo, a produção paranaense de milho da primeira safra poderá não alcançar as 5,5 milhões de t estimadas pelo **IBGE**, situando-se em patamar mais de 25% inferior ao de 1986/87.

Neste caso, haverá certo aperto na disponibilidade para envio do produto a outras unidades da **Federação**, na medida em que o estoque inicial do **Paraná** é de 400 mil t e o seu consumo está previsto em 4 milhões de t. Em outras palavras, para o abastecimento a outros estados, reserva de sementes e formação de estoque final, haveria menos do que 1,9 milhão de t, muito pouco, quando se considera que, em 1987, somente o envio do produto paranaense para outros estados, segundo a **CFP**, alcançou 1,3 milhão de t.

É de se esperar que as compras, especialmente por parte do **Rio Grande do Sul**, não sejam pequenas no presente exercício. O estado sofreu também o refluxo dos investimentos para a soja na presente safra, com conseqüências não só no que diz respeito à área cultivada com o milho, como também à menor utilização de insumos modernos.

O **IBGE** avaliou a área semeada com o cereal em 1,7 milhão de ha, prevendo produtividade de 2.155

kg/ha. No entanto, a ocorrência de condições climáticas adversas em algumas áreas atingiu, em novembro, principalmente, as variedades precoces (40% do total cultivado) na fase de floração, fazendo com que cerca de 35% da área tenham sido comprometidos.

Informações extra-oficiais, até o momento, dão conta de que a produtividade média do estado poderá não ultrapassar os 1.600 kg/ha, jogando a produção para cerca de 2,7 milhões de t, 30% a menos do que em 1986/87.

Estaria configurado, portanto, quadro desfavorável em relação ao abastecimento deste estado, com déficit aparente de, aproximadamente, 1,8 milhão de t, considerando-se a demanda total, avaliada pela **CFP** em outubro passado, de 4,5 milhões de t (8% a menos do que em 1987).

Também **Santa Catarina** deverá novamente passar pelo tradicional **aperto** no abastecimento de milho. Trata-se de estado grande consumidor do grão, devido à concentração em seu território de várias unidades agroindustriais integradoras de aves e de suínos, enquanto a produção interna apresenta limitações, ditadas basicamente por sua acidentada topografia.

A produção catarinense está avaliada em 2,4 milhões de t, praticamente a mesma do ano passado. Este número deverá confirmar-se, na medida em que a evolução da safra no estado tem sido normal, o que faz prever a repetição do quadro de déficit interno do produto. Caso o consumo seja 10% inferior às 3,1 milhões de t contabilizadas no ano passado pela **CFP**, o estado será obrigado a adquirir cerca de 350 mil t em outras unidades da **Federação**, visto seu estoque inicial ter sido avaliado pelo mesmo órgão em 90 mil t.

A situação do abastecimento em **São Paulo** é semelhante à de **Santa Catarina**, dada a concentração af de muitas unidades fabris produtoras de rações. A diminuição de 6%, na área plantada em 1987/88, deverá ser agravada por rendimento cerca de 7% inferior ao do ano passado, devido basicamente à retração, no presente ano, dos investimentos na cultura. Assim sendo, à colheita de 3,3 milhões de t contrapor-se-ia demanda inferior às 4,3 milhões de t de 1987, num montante a ser ditado, especialmente, pela previsível contração do segmento comercial avícola, maior consumidor isolado de rações industriais. Informalmente, acredita-se que as indústrias de rações devam operar em ritmo até 20% inferior ao de 1987, o que, no caso de **São Paulo**, sugere retração de 14% no consumo total, já que, no estado, cerca de 70% de todo consumo de milho se dirigem ao fabrico de rações industriais. Mesmo neste caso, ainda haveria **déficit** no abastecimento e o estado novamente necessitaria buscar o produto nas áreas superavitárias.

Neste aspecto, destacam-se os estados do **Centro-Oeste** e **Minas Gerais**, como regiões que, além do **Paraná**, deverão abastecer os estados do **Sul, São Paulo** e, eventualmente, o **Nordeste**.

No caso de **Minas Gerais**, em 1987/88, voltou a plantar área próxima à registrada em 1985/86, e 4% menor do que a de 1986/87. Na verdade, o **IBGE** espera que o rendimento físico venha a ser superior ao do ano passado na medida em que, no presente exercício, algumas áreas importantes não sofreram o **veranico** registrado na safra 1986/87. A produção mineira foi estimada em 3,4 milhões de t, 2% a mais do que no ano passado. A disponibilidade para repasse aos outros estados dependerá de quão aquém das 2,9 milhões de t absorvidas internamente, em 1987, ficará o consumo interno; em princípio, porém, pode-se imaginar que a eventual retração dos rebanhos **suíno** e **avícola** mineiros não chegue a ser tão acentuada como é o esperado para a região **Sul** e **São Paulo**, visto a maioria destas explorações em **Minas Gerais** ser de padrão mais rudimentar, onde, normalmente, a análise da relação custo/benefício não desempenha papel decisivo.

Restam, portanto, os estados do **Centro-Sul** como possíveis grandes supridores de milho, tendo em vista que seu consumo fica muito aquém de sua produção.

No caso do **Mato Grosso**, e do **Mato Grosso do Sul**, sua produção conjunta está avaliada em pouco mais de 1,3 milhão de t, enquanto o consumo interno deve absorver somente 30% deste total, sobrando perto de 900 mil t para vendas a outros estados.

Quanto a **Goiás**, a área semeada





manteve-se muito próxima do 1,2 milhão de ha colhidos em 1986/87 e 20% acima da semeadura de 1985/86. Explica-se este fato pelo desestímulo à produção de arroz e pelos baixos preços da carne **bovina**, que amenizariam o direcionamento, à cultura da soja, de parte da superfície reservada para o milho em 1986/87.

Provavelmente, a produção do estado será inferior às 3,0 milhões de t estimadas, pois o atraso do plantio e/ou problemas climáticos (**veranico** e exccesso de raios solares nas fases de pendoamento e espigamento) verificados na cultura, deverão afetar-lhe o rendimento físico. Informalmente, há indicações de que a produtividade das lavouras poderá situar-se em não mais do que 2.200 kg/ha, o que levaria a produção ao patamar de 2,4 milhões de t (20% a menos do que em 1987). Como a demanda do estado não deverá afastar-se do 1,1 milhão de t contabilizadas no ano passado, restaria pouco mais de 1 milhão de t para repasse a outros estados.

Em suma, embora já se tenha um quadro praticamente definido da colheita do milho no **Centro-Sul**, nada ainda pode ser afirmado em relação ao desenrolar do abastecimento ao longo do ano. Isto porque ainda é muito cedo para se avaliar com maior segurança, não só o desempenho do **Nordeste** como, também, a profundidade da retração do consumo.

No caso do **Nordeste**, a avaliação do **IBGE** somou perto de 1,6 milhão de t a serem colhidas em 1987/88, total que ainda não incluía os estados do **Piauí** e **Rio Grande do Norte**, nem a segunda safra da **Bahia** (no ano-safra **normal** de 1985/86, estas áreas corresponderam a 28% da semeadura do **Nordeste**).

Quanto ao comportamento da safra nesta porção do país, as primeiras informações dão conta de que são alvissareiras as perspectivas junto aos estados da **Bahia***, **Pernambuco** e **Ceará** (34% da área colhida no **Nordeste** no ano passado), que supõem, na mencionada avaliação do **IBGE**, produzir 1 milhão de t, ou seja, o mesmo que se esperava em 1987, antes de acontecer a quebra da safra. Por seu turno, os estados da **Paraíba** e do **Piauí** (27% da área em 1987) vêm sendo afetados pela ausência ou pela irregularidade das chuvas, o que tem atrasado o plantio e pode vir a frustrar eventuais expectativas quanto à inexistência de maiores atropelos no abastecimento ao longo do presente ano.

No que tange ao consumo, qualquer tentativa de previsão é prejudicada pelo contexto problemático da economia brasileira, ao menos pelo que se indica a partir dos acontecimentos registrados no primeiro bimestre do ano. Afinal, o desemprego mantém-se elevado e a acentuada corrosão dos salários tem levado à diminuição do consumo de alimentos.

Em outras palavras, é de se esperar que a ingestão de proteínas animais, em especial, seja afetada negativamente pois, mesmo que se interrompa ou amenize o processo de erosão salarial, permanecerão as perdas já consolidadas.

Como a **avicultura** e a **suinocultura** são os maiores consumidores de milho do país (cerca de 60% do consumo total), é evidente que, no presente ano, o desempenho de ambas terá profundo efeito sobre o consumo de milho.

No momento, as criações suinícolas vêm refletindo as conseqüências de os preços do suíno vivo serem considerados baixos em contraposição ao preço do milho, além de a safra de carne **bovina** e seus preços deprimidos representarem obstáculo praticamente intransponível à carne **porcina**, principalmente em época de altas temperaturas. A diminuição dos plantéis tem sido especialmente acentuada no **Rio Grande do Sul** (face aos maiores problemas ali verificados no abastecimento de milho), sendo também observada nos esta-

* Considerando-se apenas a primeira safra.

dos onde há a predominância das integrações.

Da mesma forma, vêm ocorrendo movimentações dentro da **avicultura**, buscando a redução do plantel, que as lideranças previam em 20% em termos anuais, no segmento de **corte**. Até o momento, observou-se uma certa relutância por parte dos produtores em concretizarem esta meta, aparentemente pelo fato de as grandes empresas existentes neste mercado poderem suportar a queda da lucratividade, à espera de uma eventual retomada do consumo no período quaresmal e, a seguir, da entressafra de carne **bovina**. Mesmo assim, segundo a **Uba**, em janeiro, o alojamento de matrizes para **corte**, ao registrar quase 1,1 milhão de cabeças, foi 9% inferior ao de um ano antes e 14% menor do que a média mensal de 1987, numa clara sinalização de contração da atividade.

Pelo lado do segmento de **postura**, a contração aparece mais claramente, na medida em que os criadores contam com meios para conviverem com os prejuízos; o alojamento de matrizes de **postura**, em janeiro, foi 34% inferior ao de um ano antes, de acordo com a **Uba**. Vale lembrar que a previsão efetuada pelo órgão de que a oferta de ovos em 1988 atingirá 15,9 milhões de unidades (3,5% a mais do que em 1987) deve-se à colocação, no mercado, dos ovos incubados provenientes do descarte efetuado pelos **matrizeiros** de **corte**.

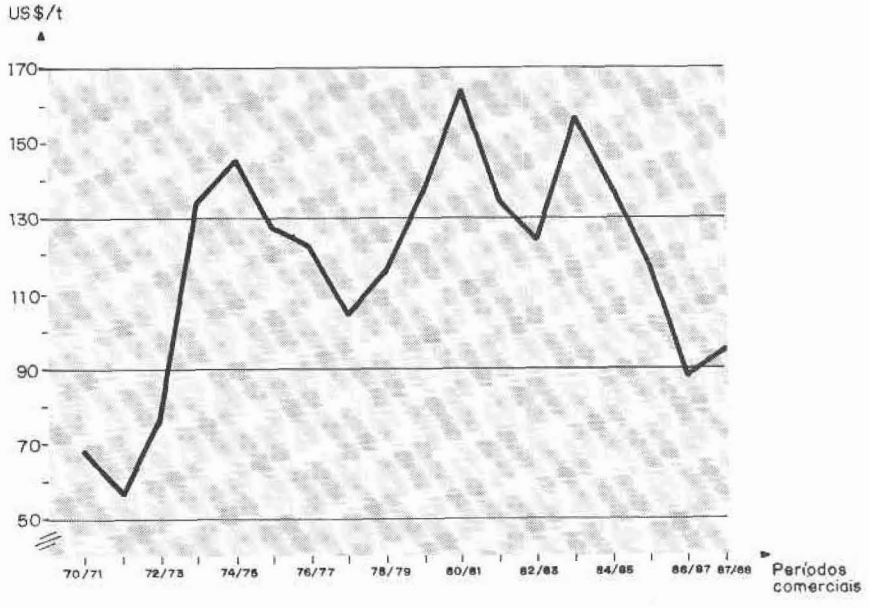
Avaliações preliminares do **Sindirações** dão conta de que, em 1987, a produção de rações completas e de concentrados no país foi, respectivamente, 5% e 2% superior à de um ano antes, alcançando 5,3 milhões de t para as rações e 640 mil t para os concentrados. Para o primeiro trimestre de 1988, observa-se, neste segmento, tendência contracionista, prevendo-se, informalmente, oferta 15% menor do que a do mesmo período do ano passado.

Preliminarmente, a **CFP** estima que o consumo do grão, ao longo de 1988, seja de 25,1 milhões de t, 3% a menos do que no ano de 1987 (muito embora grandes empresas ligadas ao fabrico de derivados de milho ou à integração **suína** e **avícola** acreditem que este total não ultrapasse 24 milhões de t). Dado que o estoque (tanto privado quanto governamental) avaliado pela **CFP**, em janeiro, fora de 2,9 milhões de t, a produção interna deveria, só para atender ao consumo, ser próxima de 22,2 milhões de t. Como o mesmo órgão avaliou recentemente que o **Centro-Sul** deverá colher cerca de 21 milhões de t, fica para o **Norte-Nordeste** a incumbência de ofertar pelo menos 1,2 milhão de t, apenas para complementar o atendimento ao consumo. Como, porém, a produção setentrional é sempre sujeita a problemas climáticos, já há boatos de que haveria a necessidade de importações durante o segundo semestre.

Neste particular, não são animadoras as notícias divulgadas pelo **USDA**, de que a produção mundial de milho será de 446,1 milhões de t, 6% menor do que em 1986/87. Como a demanda prevista de 462,8 milhões de t será 3% maior, o estoque final está projetado em nível 11% inferior ao de um ano antes. Sintomaticamente, na primeira semana de dezembro passado, o preço internacional do milho norte-americano foi 19% superior ao da média de dezembro de 1986, fazendo com que a média do período de junho a dezembro de 1987 interrompesse o processo de queda das cotações iniciado em 1986/87 (ver Gráfico 03).

GRÁFICO 00 – MILHO – PREÇOS MÉDIOS CIF ROTERDÃ PARA OS PERÍODOS COMERCIAIS[1] DE 1970-71 A 1987-88[2] – US$/T

GRÁFICO 03



FONTE – USDA.

[1] Julho a junho de 1970/71 a 1975/76, e junho a maio de 1976/77 a 1986/87;

[2] junho de 1987 a dezembro de 1987 (1ª semana).

A PRODUÇÃO DE MILHO É INFERIOR ÀS NECESSIDADES EM ALGUMAS PARTES DO MUNDO

Embora a safra de milho nos países em desenvolvimento esteja aumentando devido à expansão do cultivo de variedades mais produtivas, a produção é inferior à demanda e as importações estão crescendo, de acordo com **Gary Vocke**, da **Divisão de Análise da Agricultura e do Comércio**, do **USDA**.

Os países em desenvolvimento importaram 20% do total do milho por eles utilizado em 1983/85. Os quatro maiores importadores foram a **Coréia do Sul**, **Formosa**, **México** e **Egito**, que se responsabilizaram por quase a metade de toda a importação dos países em desenvolvimento. Adicionando-se as compras dos outros quatro maiores importadores – **Brasil**, **Malásia**, **Venezuela** e **Irã** – chega-se a 2/3 das importações dos países em desenvolvimento. Estima-se que mais de 80% das importações por parte deste grupo de países sejam usados para o arraçoamento de bovinos, suínos e aves.

"O uso do milho para o arraçoamento nos países em desenvolvimento cuja renda é mais elevada tem aumentado mais rapidamente do que a produção, sendo este o fator mais importante na transformação daqueles países de exportadores líquidos em importadores líquidos, a partir do final da década de 70 e durante a década de 80."

Recentemente, no entanto, a utilização do milho em alguns países deste grupo de maior renda tem sido dificultada porque as rendas não cresceram tão rapidamente como nos anos 60 e 70, e as grandes dívidas externas estão restringindo sua capacidade de importar. Segundo **Vocke**, estas dívidas levaram alguns países a buscar a auto-suficiência, apesar dos preços relativamente baixos que vigoram no mercado internacional. Os exemplos incluem o **Brasil** e a **Venezuela**.

A produtividade física do milho geralmente é mais baixa nos países em desenvolvimento do que nos desenvolvidos, devido à combinação de grandes problemas de pragas e doenças, pouco uso de fertilizantes e utilização de variedades não-melhoradas. "Talvez até 60% dos fertilizantes usados nos países em desenvolvimento sejam aplicados em áreas irrigadas, geralmente usadas para o plantio de trigo e de arroz". Sob condições favoráveis e bom manejo, no entanto, os rendimentos podem ser bem altos. Os grandes produtores comerciais do **Zimbábue** têm alcançado até 6.000 kg de milho por hectare em anos de boas condições metereológicas. A média nacional para o **Zimbábue**, em 1984/86, era de somente 1.800 kg/ha, porque mais de 80% da área de milho são cultivados por produtores mais pobres, cuja produção é voltada para o autoconsumo, utiliza poucos recursos e é desenvolvida em áreas marginais. No mesmo período, os **EUA** alcançaram em média 7.200 kg/ha.

Conforme **Vocke**, por causa do baixo rendimento, os países em desenvolvimento respondem por somente 1/4 da produção mundial, embora cultivem metade da área total ocupada. Não somente os rendimentos são muito mais baixos nos países subdesenvolvidos, como também eles crescem mais lentamente do que em qualquer outra parte do mundo. Durante a última década, os aumentos do rendimento contribuíram menos para o aumento da produção nos países em desenvolvimento do que nos países de economia planificada ou desenvolvidos.

As vantagens das variedades melhoradas são mostradas pela experiência norte-americana. Experiências de campo, usando variedades híbridas e não-híbridas, feitas dos anos 20 aos anos 80, indicaram que 60% a 70% dos ganhos de produtividade nos **EUA** foram devidos às variedades melhoradas.

Os híbridos são muito menos comuns nos países em desenvolvimento, devido à falta de organização para o desenvolvimento, produção e distribuição das variedades híbridas. "As variedades polinizadas abertamente são mais fáceis e requerem menos tempo para chegar ao mercado. Além do mais, a semente do milho polinizado abertamente pode ser guardada pelos agricultores de uma safra para o plantio na safra seguinte. A semente híbrida deve ser comprada a cada novo ano-safra".

Têm sido feitos esforços para se aumentar a resistência a pragas e doenças e para aumentar a qualidade protéinica. Os multiplicadores de milho também estão tentando modificar a qualidade da proteína. Como o milho **normal** é pobre em dois aminoácidos essenciais (lisina e triptofano), uma dieta alimentar baseada em milho fraco em proteínas pode levar a distúrbios originados de deficiência protéinica. "Lisina e triptofano são dois dos dez aminoácidos ditos essenciais, por não serem sintetizados por seres humanos e por animais não-ruminantes. Devem ser obtidos diretamente dos alimentos consumidos".

"O consumo direto de milho provê 80% das calorias na dieta dos países em desenvolvimento, comparado com 17% no caso do trigo e 25% no do arroz. No entanto, em muitos países da **África** e da **América Latina**, o milho é o elemento principal na fabricação de rações. Ele fornece 40% do total das calorias consumidas na **África**, onde cerca de 95% da safra são consumidas diretamente."

Os consumidores têm preferências bem delineadas quanto à cor do milho usado em seus produtos alimentícios tradicionais. Os milhos branco e amarelo só são parcialmente substituíveis, muito embora a principal diferença seja o óleo de caroteno no amarelo.

"Cerca de 90% do milho branco no mundo são cultivados nos países em desenvolvimento, onde responde por quase 1/3 da produção. Para o mundo como um todo, no entanto, o milho branco representa 70% do total produzido e menos de 5% do comércio."

Nas duas últimas décadas, o consumo **per capita** de milho nos alimentos tem sido relativamente constante nos países subdesenvolvidos. Com o aumento da renda e a urbanização, as pessoas tendem a aumentar seu consumo de outros cereais, tais como trigo e arroz, e, principalmente, de carne. Estudos têm mostrado uma relação forte e positiva entre a renda **per capita** e a utilização de milho no arraçoamento para manter os rebanhos necessários ao atendimento das demandas dos consumidores cuja renda é crescente. "Uma vez que as rendas são altas o suficiente para que os consumidores possam enriquecer sua dieta com produtos cárneos, a demanda por produtos animais e por rações aumenta rapidamente".

Em termos gerais, não parece que as importações pelos países em desenvolvimento venham a ser compensadas por aumentos acentuados na produção interna, a partir de variedades melhoradas, conforme ocorreu, nos finais das décadas de 60 a 70, na **Revolução Verde**, nos países tradicionais plantadores do trigo de primavera. No entanto, o crescimento econômico mais lento, nestes países em desenvolvimento com dívida externa, tem ameaçado a tendência à manutenção das importações de milho.

Texto originalmente publicado em Feedstuffs, **volume 60, número 5, fevereiro de 1988. Tradução de** Irene Raguenet Troccoli, **economista do** Centro de Estudos Agrícolas/Ibre/FGV.

TRIGO

O subsídio ao trigo e e a estatização do seu comércio são temas polêmicos e sempre atuais. Uma das opções é aumento da concorrência entre os moinhos.

O governo retirou o subsídio do trigo ao elevar o preço de venda do produto aos moinhos em 515%, conforme **Portaria Super nº 93,** de 12 de junho de 1987. O preço de venda do cereal a partir dessa data passou a ser de Cz$ 6.500/t, enquanto anteriormente era de Cz$ 1.060,31. Como conseqüência, aumentou em 375% o preço da farinha de trigo e isso refletiu nos preços do pão, macarrão, biscoitos etc.

Ao elevar o preço de venda do trigo, o governo quer gerar receita para cobrir suas despesas com a aquisição, movimentação, armazenagem e distribuição do cereal nacional e importado. Esta ótica de elevar a receita para obter o equilíbrio com as despesas parece parcial, por não considerar as possibilidades de redução das despesas. Na mesma proporção que as despesas diminuírem, os preços de venda não precisariam subir e, conseqüentemente, os consumidores pagarão menos pela farinha de trigo e seus derivados.



Uma maneira de diminuir as despesas estaria na redução das transferências intragovernamentais, como a transferência que recebe o **Distrito Federal,** *correspondente ao* **ICM** *sobre o preço de venda do trigo importado.* Esta transferência alcançou Cz$ 322,4 milhões em 1986 e aumentará também em 515%, passando para Cz$ 1.982,7 milhões se for consumida a mesma quantidade de trigo importado em 1986.[1]

Outra maneira de diminuir as despesas seria alcançada pela diminuição da intervenção governamental no setor. Uma menor participação do **Estado,** nas atividades de armazenamento do trigo e de distribuição do cereal aos moinhos, proporcionaria uma redução das despesas nessas atividades, equivalente ao diferencial de custo entre a atuação do governo e da iniciativa privada. Além disso, como os moinhos trabalham protegidos pelo sistema de cotas, aparentemente, bastaria liberalizar a distribuição das mesmas para ampliar a concorrência entre os moageiros. A concorrência os forçaria a diminuírem, inicialmente, seus lucros e, posteriormente, suas despesas, e a oferecerem aos consumidores produtos de melhor qualidade a preços mais baixos.

Esta nota mostra que a atual sistemática de distribuição de cotas de trigo aos moinhos inibe a concorrência no mercado de farinha. Relacionamos este fato com a produção de farinhas especiais e as **economias de escala,** *para indicar que algumas empresas beneficiaram-se dessa condição do mercado para obterem lucros adicionais, ou seja, lucros superiores aos considerados nas planilhas de custo.* Tentamos caracterizar a lucratividade dos moinhos pelo valor de comercialização do registro na **SUNAB.** Finalmente, discutimos medidas que estimulem a concorrência *no setor moageiro.*

Cotas de trigo inibem a concorrência

Desde 1967, os moinhos recebem cotas de trigo para transformarem em farinha. Essas cotas foram estabelecidas pela legislação que regulamenta desde então o setor tritícola (**Decreto-lei nº 210** de 1967). Esta legislação, no afã de corrigir as distorções de então, estabeleceu a proibição à instalação de novas empresas e a divisão do mercado de farinha de trigo para os moinhos existentes naquele ano, desde que comprovassem sua capacidade industrial em prova física de moagem. Estes obtiveram registro no **Departamento de Trigo da SUNAB,** de somente 60% da ca-

1 **SOARES, Ricardo P. "Subsídio ao Trigo: Uma abordagem Alternativa", Dados Conjunturais da Agropecuária, nº 143, fevereiro de 1987,** p.12 a 21.

pacidade de moagem que efetivamente comprovaram em 24 horas de operação. Além disso, a legislação os proibiu de ampliarem suas instalações industriais.

O registro indica a capacidade de moagem do moinho em 24 horas de operação e assegura ao seu proprietário o direito de receber uma cota anual de trigo. A cota é calculada anualmente em função da estimativa de consumo de farinha da região[2], e é rateada entre as empresas instaladas na área, proporcionalmente às capacidades registradas. Por esse sistema, cada moinho tem assegurada e inalterada a sua participação percentual no mercado de farinha de trigo. Esta participação somente pode ser alterada se a empresa comprar outro registro ou se vender o seu. Além disso, como a soma das cotas corresponde à estimativa de consumo, nenhum moageiro deverá ter dificuldade para comercializar sua produção.

Os moageiros não teriam dificuldades comerciais, mesmo que as cotas destinadas aos moinhos de determinada região fossem, significativamente, superiores às necessidades de consumo da área, pois a legislação permite que os moinhos desistam do recebimento de até 20% das cotas sem sofrerem nenhuma penalidade. Neste caso, os moageiros do estado ou da região ainda podem se entender, e estabelecer uma desistência simultânea e semelhante para todos, de forma a manter a participação de cada um no mercado. Por outro lado, se as cotas fossem inferiores ao consumo da área, haveria o desabastecimento, o que levaria o governo a conceder cotas extras para regularizar o mercado. Como há um intervalo de tempo entre a identificação da falta de farinha e a concessão de cota extra, que depende de Portaria da **SUNAB**, os moinhos ficam numa situação cômoda para comercializar sua produção. Nessas ocasiões, o mercado de farinha deve ser conceituado como comprador, porque a oferta não atende à demanda.

Examinando o que ocorreu no período de 1967 a 1986, constata-se que, especialmente nos últimos anos, as cotas de trigo atribuídas aos moinhos no início do ano foram significativamente menores do que as necessidades do mercado. Normalmente, o governo teve de conceder cotas extras às empresas moageiras, sobretudo, nos últimos oito anos, de 1979 a 1986. Cabe destacar os anos de 1983, 1984 e 1986 porque as cotas extras superaram as cotas inicialmente atribuídas, em respectivamente, 8,48%, 10,22% e 12,80% (ver Quadro 05).

Neste Quadro, fica nítido que o mercado de farinha de trigo foi comprador no período, especialmente nos últimos anos. Além disso, como o mercado de farinha no curto prazo opera com preços tabelados e oferta dada, o ajuste de mercado somente foi possível pela adoção de **ágio** na comercialização do produto.

Essa situação pode ser visualizada pelo Gráfico 04, que mostra que ao preço tabelado, P_O, os consumidores querem comprar a quantidade Q_1 de farinha de trigo, mas, como a oferta é fixa em Q_O, os consumidores só podem comprar essa quantidade. Desse modo, o ajustamento do mercado ocorre via preço. Como para comprar Q_O, os consumidores estão dispostos a pagar o preço P_1, pode-se esperar que alguns moageiros acrescentem

QUADRO 05 – RELAÇÃO ENTRE COTA PREVISTA E DISTRIBUÍDA DE TRIGO EM GRÃO AOS MOINHOS DO PAÍS DE 1967 A 1986

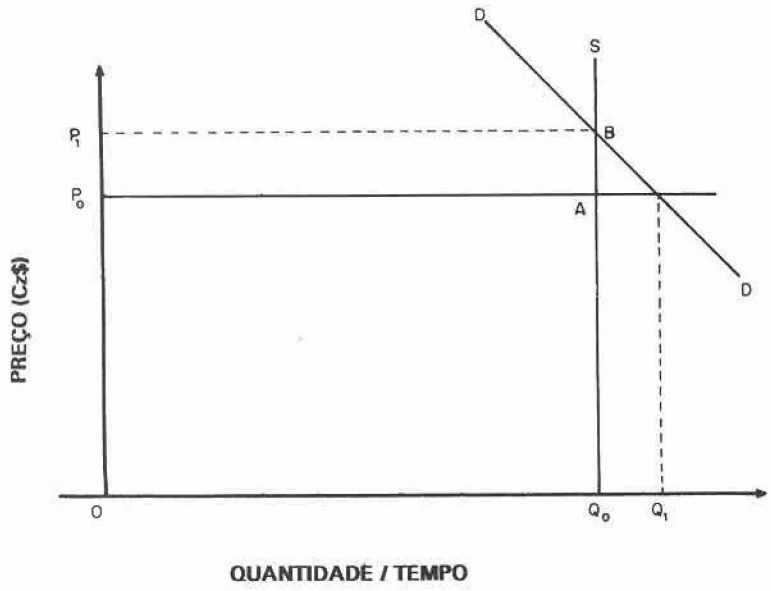
Nº	PORTARIA SUPER COTA PREVISTA PARA O ANO Dia/mês/ano	A (t)	TRIGO DISTRIBUÍDO NO ANO B (t)	B / A . 100 %
184	29/03/1967	3.000.000	2.404.039	80,13
79	24/01/1968	3 000 000	2.884.158	96,14
77	30/07/1969	3.000.000	2.907.855	96,93
09	06/02/1970	3.090.000	3.033.611	98,17
02	25/01/1971	3.200.000	3.209.356	100,29
04	21/01/1972	3.450.000	3.377.669	97,90
02	08/01/1973	3.550.000	3.797.636	106,97
03	09/01/1974	4.200.000	4.116.482	98,01
04	13/01/1975	4.422.000	4.437.274	100,34
05	26/01/1976	4.850.000	5.064.250	104,42
03	01/02/1977	5.694.000	5.252.166	92,24
16	17/04/1978	5.694.000	5.656.178	99,33
27	02/04/1979	5.850.000	6.096.512	104,21
11	07/02/1980	6.600.000	6.802.036	103,06
37	10/07/1981	6.000.000	6.097.950	101,63
04	03/02/1982	5.890 000	6.035.355	102,47
02	09/02/1983	5.500.000	5.966.386	108,48
031	16/02/1984	5.800.000	6.393.068	110,22
09	22/02/1985	6.400.000	6.111.185	95,49
34	23/05/1986	6.400.000	7.219.431	112,80

FONTE – Departamento de Trigo – Superintendência Nacional de Abastecimento – M.F.

2 Para fins de estimativa de consumo de trigo, o país foi dividido em oito zonas de consumo. As zonas mais importantes são as 7,5 e 8, constituídas, respectivamente, pelos estados de **São Paulo** e **Paraná, Rio de Janeiro**, e **Rio Grande do Sul** e **Santa Catarina**.

MERCADO DE FARINHA DE TRIGO

GRÁFICO 04



P_o – Preço tabelado da farinha;
Q_o – Quantidade ofertada de farinha;
D – Demanda de farinha de trigo;



ao preço P_o um **ágio** para que o preço efetivo pago pelo consumidor alcance P_1. Nesse caso, o lucro adicional do moageiro é constituído pela área do retângulo P_1, P_o, A, B.

Esta análise é referendada pelo **Diretor Superintendente** do **Moinho Pacífico**[3] que, ao participar de seminário na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados**[4], afirmou: "O setor moageiro tem no Governo Federal uma fonte segura de fornecimento de matéria-prima, que lhe é entregue a domicílio com garantia de preço. O setor desenvolve a sua atividade comercial num mercado cativo e sem concorrência, uma vez que o governo ajusta a oferta à procura e, não raras ocasiões, esta oferta fica aquém das necessidades do mercado, gerando graves distorções e conturbações no mercado, como ocorreu durante grande parte do ano de 1984. Com estas distorções o governo propicia indiretamente outros benefícios, porém de natureza ilegal. Com a falta de matéria-prima, o mercado se molda à vontade do vendedor. Assim, uma grande maioria das empresas moageiras impõe **ágios**, que tornam o preço tabelado uma ficção, um preço fantasma, além de cobrar fretes excessivos para o transporte da mercadoria; exigência de pagamento antecipado; subpesagem; adulteração do produto, que se efetua com a venda de farinha comum pelo preço da farinha especial e contingenciamento na venda".

A afirmação do Diretor Superintendente desse moinho, confirma que em determinados anos, quando a demanda superou a oferta, algumas empresas moageiras puderam impor **ágios** aos compradores de farinha de trigo para obterem lucros superiores aos previstos na planilha de custo. Neste contexto, é relevante mostrar que alguns moageiros tiveram lucros adicionais, não somente em determinados anos, mas, em todo o período, de 1967 a 1986. A lucratividade adicional do período foi possível pela produção de farinhas

3 O **Moinho Pacífico** está localizado em **São Paulo** e a sua cota de trigo em 1986 correspondeu a 1,19% do total nacional.

4 **Câmara dos Deputados, Comissão de Economia, Indústria e Comércio** "Debates sobre a Política Nacional do Trigo" I e II Reuniões, Brasília, 1985, p. 157.

mais caras, que são conhecidas como farinhas especiais, e pela redução do custo operacional dos moinhos em função das **economias de escala.**

Farinhas especiais

Farinha especial é a denominação genérica do produto de melhor qualidade produzido pelos moinhos de trigo. Tecnicamente, corresponde ao produto obtido no início do processo de moagem do cereal. Por isso, os moageiros não têm acréscimo de custo para produzí-la. Uma definição mais precisa aparece no **Decreto nº 12.486** do **Governo do Estado de São Paulo**: "farinha especial ou de primeira é o produto obtido do cereal limpo, **desgerminado**, com uma extração máxima de 20% e com o teor de cinzas de 0,385". O restante da produção dos moinhos é denominado de farinha comum e é comercializado a preço inferior ao produto especial.

No período de 1967 a 1986, a produção das farinhas especiais passou por duas fases. Na primeira, de 1967 a 1976, a produção dessas farinhas ficou livre; a liberalização da produção foi autorizada pela **Portaria Super nº 279** de 02/05/67. Nesta fase, cada moinho produzia quanto conseguisse vender do produto. Na segunda fase, de 1976 até hoje, a produção das farinhas especiais esteve limitada em 40% do total produzido. Este limite apareceu na **Portaria Super nº 56** de 02/01/76, que estabeleceu a obrigação de os moinhos produzirem no mínimo 60% da farinha de trigo comum. Os 40% restantes poderiam ser de farinhas especiais, desde que o limite de cinza do produto não superasse 0,5%[5].

5 Pela primeira vez, a **SUNAB** busca definir o que é farinha especial, pelo menos quanto ao teor de cinzas. Falta caracterizar melhor esse produto e definir o que vem a ser farinha comum.

Os dados sobre a primeira fase mostram que, nesta, a produção de farinhas especiais cresceu continuamente. Até 1967, não podiam superar 2% da produção[6] mas, em 1971, sua produção atingia 16,7% do total e alcançou em 1976, 46,6% da produção (ver Quadro 06). Com a produção de farinhas especiais, os moinhos tiveram lucros adicionais, porque a **SUNAB** considerava, nos mapas de custo do setor, que o moageiro estava produzindo 100% de farinha comum e fixava o preço desse produto em nível suficiente para cobrir todas as suas despesas. Portanto, deixava de computar, quando da fixação do preço da farinha, a receita dos moinhos advinda da comercialização do produto especial.

Este fato foi, originalmente, identificado pelo **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES**[7]. Constatou-se que 60% da produção estadual era de farinhas especiais e que eram comercializadas a preços mais elevados que a farinha comum.[8] Nesse estudo, apresentaram-se os mapas de custo de produção, dos dez maiores moinhos do estado, conforme haviam sido remetidos à **SUNAB**, e se demonstrou que o custo total de moagem de trigo, "é indevidamente comparado com o preço da farinha mais barata, e não com o preço médio de todos os tipos de farinhas produzidas".

Para exemplificar esse procedimento, apresenta-se no **apêndice 1** uma síntese da planilha de custo da farinha de trigo, utilizada pela **SUNAB** até 1976. Constata-se que o preço da farinha comum era tabelado em nível suficiente para cobrir todas as despesas dos moinhos e possibilitar lucros normais aos moageiros. Portanto, a produção de farinhas especiais possibilitou lucros adicionais.

Somente na segunda fase, que se inicia em 1976 com a **Portaria Super nº 56**, de janeiro de 1976, a **SUNAB** passa a ratear o custo dos moinhos pela farinha comum e pela farinha especial, na proporção de 60% e 40%, respectivamente. A partir de então, esses produtos passaram a ter seus preços calculados e tabelados.

Cabe destacar que essa **Portaria** reduziu significativamente os lucros adicionais dos moinhos, por incorporar à estrutura de custo do setor a receita adicional que os moageiros obtinham quando comercializavam 40% de farinha especial. Como o mercado do produto continuou com preço tabelado e oferta a curto prazo aquém da demanda (ver Quadro 06), permaneceram atuantes os estímulos que propiciaram a expansão da comercialização do produto mais caro. Por isso, pode-se considerar que alguns moageiros tentariam manter o nível de lucros adicionais que haviam atingido e, para tanto, produziriam mais de 40% de farinha especial. Este argumento é reforçado pela constatação que os moinhos já produziam

6 Os interessados podem consultar a **Portaria nº 09** do **Ministério da Agricultura**, de 30/01/63, que permite a produção de farinha sêmola e semolina, em 2% do total, e a **Portaria Super nº 279 SUNAB** de 02/05/67, que revogou essa limitação.

7 **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES/Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná** – "Análise do Setor de Industrialização de Trigo", março de 1977, p.217.

8 Síntese das informações da Pesquisa do **IPARDES.**

Tipo de farinha	% em relação à produção	Preço saca 50 kg (Cz$)
Farinha pura e comum	40%	70,44
Farinha semolada	40%	84,64
Semolina fina	10%	88,40
Semolina grossa	10%	100,20

QUADRO 06 – PARTICIPAÇÃO DAS FARINHAS ESPECIAIS EM RELAÇÃO AO TOTAL PRODUZIDO POR ZONA DE CONSUMO DE 1971 A 1976

Nº	ZONAS DE CONSUMO Estados	PARTICIPAÇÃO DAS FARINHAS ESPECIAIS EM RELAÇÃO AO TOTAL PRODUZIDO (%) 1971	1972	1973	1974	1975	1976
1	AC, AM, MA, PA	9,72	10,12	13,18	25,42	37,56	46,99
2	CE, PB, PE, PI, RN	8,71	8,75	9,75	13,09	18,70	24,09
3	AL, BA, SE	9,69	12,92	26,34	38,50	45,09	50,84
4	ES, MG*	10,41	13,41	19,14	29,46	44,42	62,77
5	RJ	17,22	22,54	30,39	38,87	45,21	50,16
6	GO, MT, DF	3,44	22,36	44,85	49,58	51,46	65,75
7	SP, PR	22,67	26,35	32,60	40,79	46,92	50,27
8	SC, RS	16,06	20,67	23,64	29,79	36,05	39,13
	TOTAL	16,72	20,56	26,68	34,42	41,02	46,61

FONTE – Departamento de Trigo da Sunab/M.F.
*** Sem Triângulo Mineiro que está considerado na Zona 6.**

denúncia do **Sindicato de Panificação do Estado**, e comprovaram irregularidades na comercialização da farinha de trigo. Os moinhos vendiam aos panificadores farinha comum, emitiam nota fiscal com essa especificação do produto, mas, cobravam como se fosse farinha especial. A diferença de preço de 28% em relação à farinha comum era cobrada "por fora", e destinada ao caixa dois da empresa. Assim os moageiros conseguiam manter a contabilização das notas fiscais para atender à exigência da **Portaria Super nº 56** e, ao mesmo tempo, ampliavam seus lucros pelo valor, integral, da diferença de preço, pois não contabilizando essa receita não pagavam imposto de renda, **Pis, Finsocial** e **ICM.**[9]

QUADRO 07 – ESTRATIFICAÇÃO DOS MOINHOS PELA COTA DE TRIGO DO ANO DE 1986*

CLASSE DE COTAS (em 1.000/t)	Nº DE MOINHOS	COTAS (1.000/t)	%	REGISTROS (t/24 hs)	%	COTA MÉDIA (1.000 t/ano)	REGISTRO MÉDIO (t/24 hs)
200	6	1.722,6	26,92	4.656,0	26,50	287,1	776,0
100 200	16	1.992,2	31,13	5.366,4	30,54	124,5	335,4
70 100	9	728,7	11,39	2.052,3	11,68	80,9	228,0
50 70	14	825,2	12,89	1.947,2	11,08	58,9	139,1
20 50	18	576,3	9,00	1.775,9	10,11	32,0	98,6
10 20	18	254,7	3,98	815,3	4,64	14,1	45,3
5 10	20	149,2	2,33	477,2	2,72	7,5	24,2
1 5	44	131,4	2,05	414,8	2,36	2,9	9,4
0 1	35	19,8	0,31	63,9	0,36	0,5	1,8
TOTAL	180	6.400,0	100,00	17.569,0	100,00	—	—

FONTE – Portaria nº 34, de 23/05/86, da SUNAB/M.F.
OBS.: Nesse ano o governo teve que autorizar duas distribuições de cotas extras para evitar crise de abastecimento. Os interessados podem consultar as Portarias nº 39 e nº 63, **de 01/07 e 22/09/86, respectivamente.**

em 1976, quando a **Portaria nº 56** já estava em vigência, mais de 40% dessa farinha. Nesse ano, a pesquisa do **IPARDES** levantou que o parque moageiro do **Paraná** estava produzindo 60% de farinha especial, o que é consistente com as informações do Quadro 07.

Contudo, a partir de 1977, os moinhos passaram a informar à **SUNAB** que sua produção de farinha especial correspondia a 40% da produção. Obviamente, se os moinhos declarassem uma produção acima da permitida, estariam candidatando-se às penalidades previstas. Por isso, pode-se supor que alguns moinhos estariam comercializando farinha especial além do permitido, mas não informavam corretamente à **SUNAB.**

Essa suposição foi comprovada em 1986, pela **Polícia Federal** e pela **Delegacia da Receita Federal do Rio Grande do Sul** que investigaram a

A dimensão das investigações realizadas pela **Polícia Federal** foi retratada na reportagem do **Jornal Zero Hora**, de 25/03/86. Informou que "a Polícia Federal havia ouvido o

9 Estes fatos foram também retratados no **Informativo do Sindicato e Centro das Indústrias de Panificação e Confeitaria e de Massas Alimentícias e Biscoitos do R.S.**, Jocotó-Especial, Ano I, nº 3, março/abril de 1986.

QUADRO 08 – CAPACIDADE OCIOSA DOS MOINHOS EM 1987*

Nº	ZONAS DE CONSUMO Estados	MOINHOS	MOAGEM REGISTRADA 24 h	CAP. MOAGEM APARENTE 24 h	A 300 dias	B MOAGEM EM 1986**	A/B . 100 %
1	AC, AM, MA, PA	4	440	1.151	345.300	304.063	13
2	CE, PB, PE, PI, RN	7	1.798	4.052	1.215.600	918.176	32
3	AL, BA, SE	5	876	1.929	578.700	518.906	11
4	ES, MG*	5	895	2.149	644.700	576.569	11
5	RJ	6	2.375	3.647	1.094.100	1.028.929	6
6	GO, MT, DF	4	440	1.178	353.400	307.684	14
7	SP, PR	38	7.689	11.254	3.376.200	2.355.708	43
8	SC, RS	110	3.114	5.452	1.635.600	1.072.707	52
	TOTAL	179	17.627	30.812	9.243.600	7.082.742	30

FONTE – Divisão de Indústria do Departamento de Trigo/Sunab/M.F.
*** A capacidade de moagem foi aferida em prova física de moedura.**
**** Utilizou-se como "proxy" da moagem de 1986 as quotas distribuídas de trigo aos moinhos, conforme consta nas** Portarias nº 34, nº 39 e nº 63, **de 23/05/86, de 1º/07/87 e de 22/09/86 da Sunab.**

depoimento de 238 pessoas, entre panificadores e moageiros; destes, 22 diretores e vendedores, de 15 moinhos, foram indiciados". Quanto ao número de moinhos que agiam irregularmente, essa reportagem esclareceu, "agora, são 80 moinhos envolvidos na fraude – confirmada por todos os depoimentos de panificadores – e apenas um moinho do **Rio Grande do Sul** está, por enquanto, fora de qualquer inquérito".[10]

A concentração da produção e as economias de escala

Como indicador de tamanho dos moinhos, utiliza-se a cota de trigo recebida pelos moageiros em 1986, porque esta foi determinada pelo nível de moagem da empresa e expressa a efetiva produção do moinho no ano. Com a finalidade de facilitar a análise, os 180 moinhos, que estavam em operação nesse ano, foram estratificados de modo que as duas classes superiores suplantassem 100 mil t de moagem/ano e as duas classes inferiores ficassem abaixo de 5 mil t de moagem (ver Quadro 07).

A estratificação indica que existe grande concentração da produção em poucas empresas e um grande número de moinhos com produção insignificante. Na classe mais elevada, seis empresas receberam 1.722.600 t de trigo, que correspondem a 26,92% da moagem nacional. Em média, estas empresas moeram 287.100 t de trigo cada uma, no ano de 1986. Na classe seguinte, encontram-se dezesseis empresas que receberam 1.992.200 t de trigo, que correspondem a 31,13% do total, e moeram 124.500 t de trigo cada uma. Somente nestas duas classes, 22 moinhos concentram 58,05% da produção nacional de farinha.

No outro extremo, estão os moinhos pequenos. Nas duas últimas classes, 79 moinhos receberam 151.200 t de trigo, que corresponderam a 2,36% da moagem nacional do ano de 1986. A cota média dessas empresas é pequena. Os 44 moinhos da penúltima classe moeram, em média, 2.900 t de trigo, enquanto os 35 moinhos da última classe moeram, em média, 500 t de trigo por ano.

A produção já era concentrada em 1968. Nesse ano, os 22 maiores moinhos já detinham 54,5% da produção. Até 1977, essas empresas ampliaram sua participação no mercado, quando passaram a controlar 57,5%. Nesse período, a concentração também era expressiva, em nível de dois grupos econômicos, que detinham, respectivamente, 17,8% e 3,7% da produção em 1968. Estes grupos, que controlam 75 grandes moinhos, ampliaram sua participação no mercado de farinha até 1977, quando passaram a administrar 25% e 8,7% da produção nacional. De 1977 a 1986, pratica-

10 **Jornal Zero Hora**, Moinho Não Fornecia Nota, de 25/03/86, página 27.

mente não se alterou a concentração da produção. Os grandes moinhos conseguiram ampliar sua participação no mercado, pela aquisição das cotas dos pequenos moinhos. No período de 1968 a 1977, os moinhos em operação diminuíram de 371 unidades para 207, ou seja, 164 moinhos pequenos venderam suas cotas e se retiraram dessa atividade.[11] De 1977 a 1986, somente 27 moinhos venderam suas cotas e continuou no setor um grande número de pequenos moinhos.

A motivação da concentração da produção nos grandes moinhos reside nas **economias de escala.** Os custos médios dos grandes moinhos são significativamente menores do que nos demais, de forma que os moageiros têm interesse em ampliar sua produção para reduzir seu custo médio e obter um lucro unitário maior. A redução dos custos operacionais dos moinhos foi estudada por **Lockwood.**[12] Pelo Quadro 09, pode-se constatar que um estabelecimento pequeno, de 20 t de moagem por dia, trabalhando 5 mil horas, tem um custo de 12,25 **pences**[13] **por tonelada, e reduz seu custo para 10,60 pences** dr ptovrddst 5 mil t em 6 mil horas. No outro extremo, um estabelecimento de 400 t de moagem por dia, trabalhando 5 mil horas, tem um custo de 7,3 **pences**/t. Este custo pode chegar a 6,35 **pences** se o moinho processar 100 mil t em 6 mil horas.

A importância das **economias de escala** foi apontada também por moageiros nacionais. **Gandolfo**[14] as utiliza para explicar a redução do número de moinhos entre 1968 e 1977. Este autor afirma: "Essa redução verificou-se, principalmente, entre os moinhos de pequena capacidade que, através de incorporações e transferências envolvendo ou não mudanças de zona, buscavam formar unidades maiores, visando, evidentemente, a curto prazo, à redução de custos em termos de aumento de eficiência de natureza gerencial, organizacional e financeira. Porém, é bom que se frise, as empresas pequenas não se tornam eficientes mediante simples fusão ou incorporação. Melhoria dos índices de eficiência e lucratividade é conseqüência não somente de dimensionamento da indústria, mas também dos investimentos para manter uma tecnologia atualizada e de uma operante organização gerencial."[15]

A questão é saber se as reduções de custos dos moinhos foram repassadas aos preços da farinha, e se favoreceram os consumidores. Atuando no sentido de evitar o **repasse,** destaca-se a falta de concorrência entre os moinhos, e o tabelamento do preço da farinha. O tabelamento não parece ser aconselhável por períodos longos, uma vez que as planilhas de custo das empresas passariam a ser atualizadas pelos principais itens que são: trigo em grão; salários; energia elétrica e embalagem. Endossando o argumento, que a prática do tabelamento por longos períodos tem dificuldades de considerar **economias de escala,** pode-se citar a reportagem da **Gazeta Mercantil** de 21/07/87, que relata as deficiências de equipamento e de pessoal do **CIP,** e afirma que os preços são calculados em planilhas defasadas. "As indústrias deixaram de usar determinadas técnicas, modernizaram seus processos de produção ou passaram a utilizar matérias-primas mais baratas, mas essas alterações não foram incorporadas às planilhas, que continuam indicando uma estrutura de custos que já não corresponde mais à realidade em um número substancial de exemplos."

Portanto, aparentemente, os grandes moinhos não repassam aos consumidores as reduções de custos que obtiveram no período. Esta afirmação é consistente com a constatação que o preço tabelado da farinha foi suficiente para manter em operação os pequenos moinhos que, praticamente, não têm **economias de escala,** nem obtiveram lucros adicionais pela produção de farinhas especiais de 1967 a 1976. Segundo a pesquisa do **IPARDES**[16] em 1976, "quanto menor o moinho, menos tipos de farinhas ele produz. Alguns moinhos bem pequenos, no **Paraná,** produzem apenas "farinha pura", sem maior tipificação . Por isso, conclui-se que os pequenos moinhos, que têm um custo médio de produção maior do que os demais, mantiveram-se em operação porque as **economias de escala** do setor não foram consideradas quando dos reajustamentos do preço tabelado da farinha.

É importante destacar que, no período de 1968 a 1976, quando os pequenos moinhos não tinham **economias de escala** nem lucros adicionais pela produção de farinhas especiais, 164 moinhos venderam seus registros, ou seja, venderam o direito que tinham de receber cotas de trigo. De 1976 a 1986, apesar de o valor de comercialização do registro ter subi-

11 **SOARES, Ricardo Pereira** – Avaliação Econômica da Política Tritícola de 1967 a 1977. Brasília, **CEP, Coleção Análise e Pesquisa nº 20,** 1980, 140 p. Ver especialmente as p. 23 a 31.

12 **Lockwood, J. F.** "Molienda del Trigo". Capítulo XXXVIII – Costos de Producción p. 584-595, Buenos Aires, Imprenta Lopez, 1951.

13 Uma libra esterlina tem 20 shillings = 240 **pences.**

14 **Gandolfo, Carlos C.** "Análise e Perspectiva do Trigo no Brasil" **Revista da Economia Rural,** 15 (11): 159-91, 1977.

15 Ver também: **Diário do Congresso Nacional (Seção 1), Suplemento "Debates Sobre a Política Nacional do Trigo",** setembro de 1980, p. 42 a 44.

16 Ver nota de rodapé nº 7. Os interessados podem consultar à página 166 o tópico 5.4 "Farinha de Trigo Obtida".

QUADRO 09 – CUSTO DE MOAGEM DO TRIGO SEGUNDO O TAMANHO DO MOINHO EM PENCE POR TONELADA

CUSTOS POR SETORES DOS MOINHOS	MOINHOS DE 20 T POR DIA		MOINHOS DE 60 T POR DIA		MOINHOS DE 120 T POR DIA		MOINHOS DE 200 T POR DIA		MOINHOS DE 400 T POR DIA	
Quantidade de horas trabalhadas por ano	5.000	6.000	5.000	6.000	5.000	6.000	5.000	6.000	5.000	6.000
Depreciação										
Silos	0,375	0,325	0,35	0,30	0,30	0,25	0,25	0,225	0,225	0,20
Limpeza e moagem	2,65	2,20	2,08	1,75	1,85	1,53	1,77	1,475	1,580	1,275
Depósitos	0,70	0,60	0,60	0,50	0,75	0,45	0,45	0,40	0,425	0,35
	3,725	3,125	3,03	2,55	2,70	2,23	2,47	2,100	2,200	1,825
Força Motriz										
Silos	0,175	0,175	0,125	0,125	0,125	0,125	0,10	0,10	0,10	0,10
Limpeza e moagem	1,625	1,625	1,375	1,375	1,25	1,25	1,25	1,25	1,20	1,20
Depósitos	0,15	0,15	0,075	0,075	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,025
	1,950	1,950	1,575	1,575	1,425	1,425	1,40	1,40	1,35	1,325
Custo de mão-de-obra										
Silos	0,45	0,375	0,15	0,125	0,15	0,125	0,15	0,125	0,15	0,125
Limpeza e moagem	1,70	1,425	1,625	135	1,375	1,150	1,20	1,00	0,975	0,825
Depósitos	2,05	1,725	1,425	1,225	1,425	1,225	1,225	1,05	1,175	1,00
	4,20	3,525	3,200	2,700	2,950	2,500	2,575	2,175	2,300	1,950
Taxas e Seguro dos Silos, Limpeza, Moagem e Depósitos	0,85	0,725	0,70	0,575	0,625	0,525	0,55	0,50	0,55	0,50
Reparos e manutenção Silos, Limpeza, Moagem e Depósitos	1,525	1,275	1,425	1,20	1,30	1,075	0,95	0,80	0,90	0,75
Custo total por tonelada de trigo	12,25	10,6	9,93	8,60	9,00	7,75	7,94	6,97	7,3	6,35

FONTE – J.F. Lockwood, Mollenda del Trigo (7), p.590.
*** Uma libra esterlina = 20 shillings = 240 pences;**
**** não foram computados os custos administrativos e de comercialização, mas estes não alterariam os resultados, uma vez que valem consideravelmente em função do tamanho do moinho.**

do, somente 27 empresas aceitaram vender seus direitos às cotas e sair da atividade. Este fato é um indicador de que aumentou a lucratividade dos pequenos moinhos. Cabe ressaltar que, a partir de 1976, a **SUNAB** passou a considerar nos mapas de custo do setor que 40% da produção eram de farinha especial e todas as empresas tiveram que produzir 40% desse produto para obter o lucro considerado na planilha do setor; a partir de então, os pequenos moinhos podem ter se especializado na produção dessas farinhas e ampliado a sua lucratividade.

As indicações são no sentido de que o lucro do setor moageiro é expressivo. Para tentar caracterizar esse fato, que não aparece integralmente no balanço dos moinhos, trabalha-se com duas variáveis, quais sejam: o preço de comercialização do registro de trigo e o tempo em que o comprador espera reaver seu capital. O preço de comercialização do registro reflete a expectativa de lucro que os moageiros têm das atividades de moagem de trigo e de venda da farinha. O período de retorno do capital reflete a expectativa do moageiro em usufruir da concessão.

Quanto ao valor do registro de trigo, foram levantadas três informações. Uma, de julho de 1985, refere-se à última transferência de registro que foi anotada na **SUNAB**. O contrato encaminhado pelos interessados ao órgão declara que o preço justo e acertado pela venda dos direitos do registro é de US$ 27 mil/t. A outra informação, de maio de 1985,



é que o registro está avaliado em US$ 40 mil.[17] A terceira informação, de agosto de 1986, é que dificilmente esse direito era comercializado por menos de US$ 50 mil.[18]

Quanto ao tempo em que o comprador de um registro de trigo espera recuperar seu capital, inferimos em três anos o retorno do principal. Para tanto, considerou-se que o **Decreto-lei nº 210** não tinha por objetivo instituir a concessão de moagem de trigo no país. Tanto isto é verdade, que em nenhum artigo esse diploma legal estabelece critérios para tal. Por isso, nas regiões em que o consumo supera a capacidade de moagem registrada, não são dadas novas concessões. Em vez disto, atribuem-se cotas de trigo aos moinhos reconhecidos que superam suas capacidades de moagem registrada. Portanto, quem compra um registro de trigo sabe que novas empresas poderão vir a disputar esse mercado. Contudo, como sabem que o país não tem moinhos de trigo prontos para entrar em operação, e que as empresas já instaladas atuam com pequena ociosidade, os compradores concluem que, enquanto não se instalarem novos moinhos (o prazo para tal é de dois anos) a concorrência continuaria limitada e a atividade continuaria com lucros consideráveis.

Neste contexto, suponhamos, conservadoramente, que o comprador de um registro de trigo tenha pago US$ 30 mil/t e que espera recuperar o principal do seu capital em três anos. Estima-se que o lucro esperado pelo moageiro é de US$ 30,30/t de trigo.[19]

Finalmente, cabe destacar que o lucro de US$ 30,30/t de trigo é expressivo quando comparado com o custo do moinho em adquirir o cereal, que foi de US$ 75/t, em 1986. Além disso, cabe ressaltar que os pequenos moinhos, relacionados nas duas últimas classes do Quadro 07, têm em média, registros na **SUNAB** de 1,8 e 9,4/t e que seus proprietários desprezam a possibilidade de vender seus registros por US$ 30 mil/t e se retirar da atividade com um patrimônio expressivo que, em média, seria de US$ 54 mil para os moinhos que possuem 1,8 t de registro e de US$ 282 mil para as unidades que detém 9,4/t de registro. Ao invés disso, continuaram na atividade, industrializando em média de 500 a 2.900 t de trigo por ano. A explicação desse comportamento é que os pequenos também estão tendo lucros adicionais.

Estímulo à concorrência no setor

Este tópico analisa como diminuir o lucro adicional dos moinhos, ou, em outras palavras, como diminuir os preços pagos pelos consumidores de farinha. Para tanto, utiliza-se o Gráfico 05, que reproduz o mercado de farinha de **curto prazo**, com oferta fixa em Q_0 e preço tabelado em P_0. Constata-se nesse gráfico que sempre que a demanda ficar à direita do ponto "A" os consumidores desejarão comprar uma quantidade de farinha superior à quantidade ofertada. Nessa situação, o ajustamento do mercado é feito pelo **ágio** que equilibra a quantidade demandada com a ofertada. Para que o mercado não imponha **ágio** na comercialização de farinha, é necessário realizar o ajustamento pelo lado da oferta. Somente o pleno abastecimento do mercado evita o **ágio** e, no gráfico em tela, seria necessário uma oferta no nível de Q_1.[20]

17 Vide Nota de rodapé nº 4. Citação na página 157.

18 **Lauro Salvador**, "O Governo precisa rever sua política para a área de trigo", "Jornal **Gazeta Mercantil** de 11/08/86.

19 Calculou-se o lucro do moageiro considerando que o registro em 24 horas de uma tonelada de trigo proporciona ao seu detentor, em três anos, 990 t de matéria-prima. Para tanto, o moinho estaria moendo a cada 24 horas o equivalente ao seu registro na **SUNAB** e estaria trabalhando 330 dias por ano. Nesta condição, o moageiro pagou US$ 30 mil para moer 990 t. Para o capital retornar em três anos, sem juros, o lucro seria de US$ 30,30/t.

20 Essa conclusão parece válida, mesmo na situação atual, a partir de 12 de junho, quando os preços de venda do trigo (matéria-prima) aos moinhos foram reajustados em 515% e a farinha de trigo subiu em media 375%. O novo preço tabelado (P_0 + (P_0 . 375%)) ficará bem acima do preço anterior (P_1). A este novo preço, a quantidade que os consumidores querem comprar é menor que Qo (a curva de demanda não se alterou), por isso, a oferta de farinha seria superior à demanda, o mercado estaria plenamente abastecido, e os consumidores, teoricamente, não pagariam **ágio** pelo produto. Contudo, como o governo dimensionou as cotas de trigo de acordo com as solicitações dos **Sindicatos de Moagem**, logo após o aumento, o governo reduziu a oferta de trigo das zonas 4, 5, 6, 7 e 8 (**Portaria nº 133** de 09/07/87); e, como não se tem razão para acreditar que os moinhos passaram a atuar concorrencialmente, considera-se que os moageiros continuaram tendo lucro adicional.

MERCADO DE FARINHA DE TRIGO

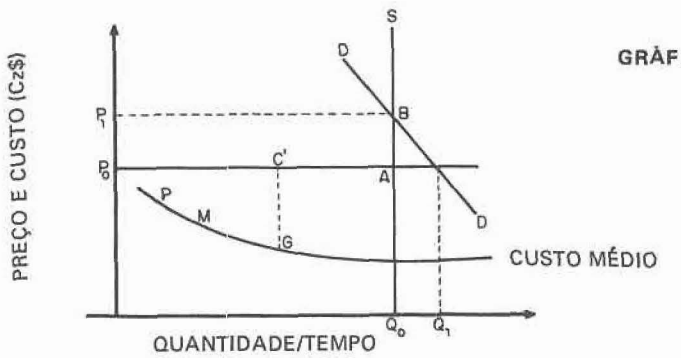


GRÁFICO 05

D – Curva de demanda de farinha; C – curva de custo médio da indústria de moagem; Q_0 – oferta de farinha de curto prazo; P_0 – preço tabelado da farinha.

Ampliar a oferta de trigo é uma condição necessária para estimular a concorrência entre os moageiros, mas não é suficiente. Para que seja uma condição suficiente, pelo menos três fatores têm que ser observados, quais sejam:

a) existência de capacidade ociosa no setor;
b) possibilidade de crescimento diferencial dos moinhos; e
c) realização da produção em grande número de empresas.

A capacidade ociosa do setor moageiro, em 1986, foi de 30%. Em princípio, ela parece suficiente para estimular a concorrência no setor. As empresas que possuem maior ociosidade, estão localizadas nos estados de **CE, PB, PE** e **RN**, com 32% de ociosidade, nos estados de **SP** e **PR** com 43% e, nos estados de **SC** e **RS**, com 52% de ociosidade (ver Quadro 08).

A possibilidade de crescimento diferencial dos moinhos é importante porque estimularia os empresários dinâmicos a ampliarem os níveis de operação de suas indústrias e a disputarem novos mercados para sua produção. Atualmente, não se pode ter crescimento diferencial. A sistemática de distribuição de cotas de trigo aos moinhos mantém inalterada a participação dessas empresas nos níveis de moagem e de comercialização de farinha de trigo. Aparentemente, pode-se estimular o crescimento diferencial dos moinhos através da eliminação do sistema de cotas.

A realização da produção em grande número de empresas é necessária para evitar que os moageiros atuem em conjunto na tentativa de preservar o lucro adicional que obtiverem até então. Como o setor de moagem apresenta expressiva concentração de produção (22 moinhos controlam 58,1% da produção nacional de farinha, e dois grandes grupos econômicos dominam 33,7% da produção) há possibilidade de os moageiros se articularem na tentativa de manterem sua lucratividade. Em princípio, a concentração da produção somente diminuirá pelo crescimento das médias e pequenas empresas e pela instalação de novos moinhos, que não tenham vínculo com os grandes grupos econômicos que atuam no setor.

Pelo visto, uma maior oferta de trigo pode estimular a concorrência no setor moageiro, desde que esta medida seja complementada por outras, como: a eliminação do sistema de cotas ou, pelo menos, sua flexibilização, para permitir crescimento diferencial da produção dos moinhos; e a descentralização da produção de farinha, pelo crescimento das pequenas e médias empresas e pela instalação de novos moinhos. Mesmo com essas medidas, porém, o lucro adicional de alguns moinhos só diminuirá, se for estabelecido que essas empresas somente poderão produzir um único tipo de farinha, eliminando a possibilidade de os moinhos comercializarem farinha comum pelo preço da especial. Neste caso, deve-se considerar uma excepcionalidade para a indústria de massas, que necessita de uma farinha especial, face às características dos equipamentos que possui e pela qualidade da sua produção.

Com estas medidas, pode-se esperar que a curto prazo diminua o lucro dos moinhos, que passariam a vender sua produção pelo preço P_0. Porém, a lucratividade dos grandes moinhos continuaria elevada. Estas empresas estariam atuando no ponto "G" da curva de custo médio da indústria de moagem e recebendo o lucro C'G por unidade de produção (Gráfico 05). Somente a médio prazo, pode-se esperar a desconcentração da produção de farinha, desde que as pequenas e médias empresas que, hoje atuam nos pontos "P" e "M" da curva de custo médio da indústria, cresçam mais rapidamente do que as demais e desde que surjam novos moinhos. A desconcentração da produção levará à ampliação da quantidade ofertada e ao acirramento da concorrência. Neste processo, o preço real da comercialização, provavelmente, diminuirá de P_0.

Conclusão

Desde 1967, o governo adota um sistema de distribuição de cotas de trigo aos moinhos que mantêm inalterada a participação percentual de cada empresa no mercado de farinha de trigo. Os moageiros atuam protegidos da concorrência e, não raras vezes, a oferta ficou aquém das necessidades do mercado. Nesse quadro, o equilíbrio entre oferta e procura ocorreu pela adoção do **ágio** na comercialização da farinha. Com esta prática, os moinhos obtiveram lucros anormais. Além disso, no período de 1967 a 1986, a lucratividade dos moinhos foi paulatinamente

sendo ampliada pela expansão da produção das farinhas mais caras, conhecidas como **farinhas especiais**, e pela redução de custos que os moageiros tiveram com as **economias de escala**. A lucratividade do setor transparece no valor de comercialização do registro de trigo que, conservadoramente, estimamos em US$ 30,30/t de trigo no ano de 1986. Este valor indica um lucro expressivo, quando comparado com o custo do moinho para adquirir o cereal que foi, em média, de US$ 75/t em 1986.

Por isso, buscar o equilíbrio entre receita e despesa via aumento do preço de venda do trigo aos moinhos e aumento da farinha, do pão e do macarrão ao consumidor é uma ótica parcial. Falta considerar a colaboração dos moinhos ao equilíbrio dessas contas. Os moageiros "colaborarão" se aumentar a concorrência entre eles; nessa situação, deverão diminuir sua margem de lucro e oferecer aos consumidores produtos de melhor qualidade.

Esta nota indica que uma maior oferta de trigo aos moinhos é condição necessária para estimular a concorrência no setor. Entre as condições suficientes, destaca-se a eliminação do sistema de cotas. Num primeiro momento, enquanto não se altera o **Decreto-lei 210**, que introduziu esse sistema, bastaria flexibilizar a distribuição das cotas, ou seja, o fornecimento de trigo aos moinhos continuaria sendo feito pela cota prevista, mas o governo poderia realizar vendas suplementares do cereal, sem limite de quantidade, aos interessados em obter quantidades maiores de matéria-prima.

Além dessas medidas para restringir o lucro adicional de alguns moinhos que comercializam farinha comum como sendo especial, será necessário padronizar a produção dos moinhos em um único tipo de farinha. Neste caso, deve-se considerar uma excepcionalidade para a indústria de massas que necessita da farinha especial.

*RICARDO PEREIRA SOARES – Economista do **CAA/IPLAN**.*

APÊNDICE 1

PLANILHA DE CUSTO DA FARINHA DE TRIGO UTILIZADA PELA SUNAB ATE 1986

PRINCIPAIS ITENS (TRIGO/t)

1. Preço de venda do governo – de trigo ao moinho
+2. **ICM**
(1+2) = 3. Custo da matéria-prima do moinho
+4. Despesas diversas
4. 1. taxa administrativa
4. 2. despesas bancárias
4. 3. despesas com descarga
4. 4. frete do porto ao moinho
4. 5. quebra de transporte
(3+4) = 5. Custo da matéria-prima no pátio do moinho
+6. Custo de operação dos moinhos
6. 1. Custo Direto de Moagem
6. 2. Custo Indireto de Moagem
6. 3. Despesas Administrativas
6. 4. Despesas Comerciais
(5+6) = 7. Custo de produzir 780 quilos de farinha e 220 quilos de farelo.
–8. Recuperações
8. 1. Recuperação **ICM** da matéria-prima
8. 2. Venda de 220 quilos de farelo
(7–8) = 9. Custo de produção de 780 quilos farinha de trigo pura
* 10. Custo de produção de 49 quilos farinha de trigo pura
+11. Preço pelo qual o moinho compra 1 quilo de sucedâneo (farinha mandioca* *)
(10+11) = 12. Custo da saca de 50 quilos de farinha de trigo mista
+13. Preço da sacaria
+14. Lucro do moinho (5%)
+15. Impostos (**ICM** e **PIS**)
(12+13+14+15) = 16. Preço de venda de 50 quilos de farinha de trigo mista

OBS.: * O item nº 10 foi obtido por regra de três. A estrutura considera 49 kg porque é montada para tabelar a saca de 50 quilos de farinha.
* * Quando o preço da farinha de mandioca era superior ao preço da farinha de trigo o sucedâneo não era adicionado. Neste caso, era tabelada a saca de 50 kg de farinha pura.

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

CAFÉ

A **Resolução nº 08,** de 18/03/88, do **IBC,** fixa em 36% do preço mínimo de registro (informado diariamente pelo órgão) o valor da quota de contribuição incidente nas exportações de café em grão. O percentual será válido para os registros de Declarações de Venda acolhidos a partir de 21/03/88 e para os embarques decorrentes das quotas de desempenho e estoque efetuados entre 1º e 30/04/88.

O valor da quota será pago pelo exportador em duas parcelas iguais: uma até três dias úteis contados a partir do registro e a outra até três dias após o embarque do produto. A quota de contribuição poderá ser compensada parcialmente pela aplicação de Avisos de Garantia no limite de até 12% do preço mínimo de registro **(D.O.U.,** de 22/03/88).

CRÉDITO RURAL

A **Resolução nº 1.467,** de 14/03/88, do **Bacen,** prorroga para 31/03/88 o prazo para formalização dos ajustes previstos nas **Resoluções nºs. 1.352** (de 01/07/87), **nº 1.367** (de 30/07/87) e **1.383** (de 27/03/87). O prazo para formalização dos ajustes previstos na **Resolução nº 1.431** (de 15/12/87) foi prorrogado até 30/06/88 **(D.O.U.,** de 07/03/88).

A **Resolução nº 1.468,** de 17/03/88, do **Bacen,** determina o reescalonamento sempre que necessário dos créditos destinados à avicultura de corte e postura e à suinocultura vencidos ou vincendos até 30/06/88. A necessidade do reescalonamento será verificada pela instituição financeira e se fará em quatro parcelas de



25%, com vencimentos mensais a partir de 31/08/88. A **Resolução** também recomenda que seja evitada a concessão de créditos para investimento nas citadas atividades até o final do corrente exercício sem, contudo, impedir a obtenção de novos financiamentos para custeio e comercialização **(D.O.U.,** de 18/03/88).

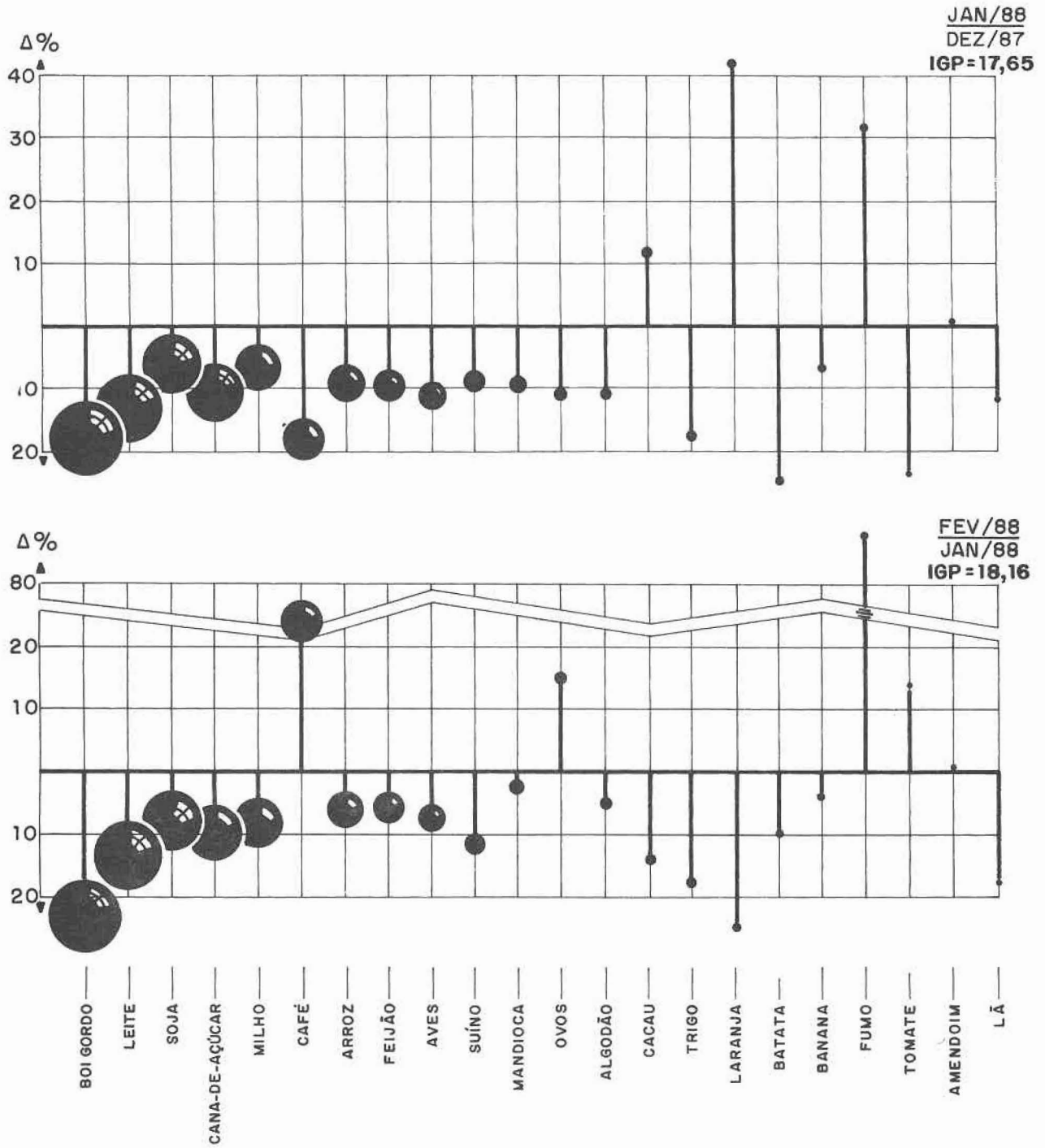
A **Resolução nº 1.470,** de 25/03/88, do **Bacen,** apresenta os valores básicos de custeio para as lavouras de aveia, centeio e cevada da safra de inverno de 1988. Como já ocorrera com os produtos da safra de verão 1987/88, os **VBC** são calculados em termos de **OTN,** de forma a manterem seus valores no momento das liberações, **(D.O.U.,** de 28/03/88).

A **Resolução nº 1.471,** de 25/03/88, do **Bacen,** apresenta os valores básicos de custeio relativos às lavouras de trigo/triticale na safra de 1988.

Os **VBC** foram fixados em três níveis: 1) para lavouras de sequeiro cultivadas por mini e pequenos produtores de **São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina** e **Rio Grande do Sul;** 2) para lavouras de sequeiro cultivadas pelos demais produtores nos mesmos estados, e 3) para as lavouras irrigadas, em todo o território nacional, qualquer que seja o porte do produtor.

A **Resolução** limita os agentes financeiros a financiar área idêntica à de 1987, estes terão, também, de abater do valor do financiamento correspondente ao custo de insumos não utilizados, quando seu uso for dispensado pela assistência técnica. A assistência técnica às lavouras de trigo/triticale financiadas é obrigatória e seu custo, calculado sobre o valor do **VBC,** poderá ser integralmente financiado como adicional ao limite de financiamento, independentemente do porte do produtor **(D.O.U.,** de 28/03/88).

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES



Nos gráficos ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP-DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980. Estes valores aparecem retificados, a partir do nº 4, volume 11.

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de março
1 — Preço médio um ano antes
2 — Preço médio no mês de março*
3 — Preço médio na última quinzena de marco *
4 — Preço médio na última semana de março *
5 — Comportamento dos Preços Futuros
6 — Tendência do mercado
7 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

*futuro — primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	TENDÊNCIA	PATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US d/lb-peso	7,34	8,61	8,89	8,99			8,61		8,54			8,53			8,58			O mercado apresenta um equilíbrio precário, sem o peso excessivo dos estoques do passado recente. Contudo, o acordo internacional, apenas administrativo, enfrenta problemas em sua ratificação.
ALGODÃO 1-1/16" US d/lb-peso	55,94	62,64	63,02	62,74			62,64		61,90			58,97			57,65			O **Conselho Nacional do Algodão,** dos **EUA,** estima que a indústria têxtil daquele país consumirá menos do que vem sendo previsto. Suas estimativas da safra e das exportações foram consideradas **construtivas.**
CACAU BAHIA US$/tonelada	1,83	1,59	1,58	1,59			1,59		1,62			1,65			1,68			Aumento dos estoques, que deverão crescer pelo quarto ano consecutivo, constitui-se em forte pressão no sentido da baixa dos preços.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	123.15	134,80	133,84	134,68			134,8		136,83			138,67			141,54			Cotações serão influenciadas por considerações momentâneas, enquanto se aguarda resultados da reunião da **OIC** em fins de abril.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	149,55	207,90	209,42	210,25			207,90		211,58		214,58			218,63				A perspectiva de ampla movimentação de vendas futuras é contrabalançada por mercado físico firme.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	488,94	633,47	643,00	652,50			633,47		641,75	644,16	645,05		653,88		661,99			Repercutem no mercado internacional as mais recentes estimativas da quebra da safra brasileira.
SOJA FARELO US$/tonelada	144,27	188,08	191,17	193,62			188,08		188,42	189,10	189,57	190,48		192,88	194,01			Segundo a publicação alemã **"Oil World"**, o crescimento da demanda mundial se reduzirá este ano, devido à menor produção européia e à demanda reduzida no **Brasil, Europa Ocidental, Formosa** e **Canadá.**
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	281,62	305,79	303,73	301,40			305,79		311,74		318,01			328,53				O **Conselho Internacional do Trigo** está estimando a produção de 1988 em 525 milhões de t, bem acima dos 508 milhões de t de 1987. O **Export Enhancement Program** continua influenciando o mercado.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Chicago.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de março de 1987, corrigido pelo IGP, para março de 1988
2 – Preço médio no mês de março
3 – Preço médio na última quinzena de março
4 – Preço médio na última semana de março
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cz$ /15 kg 1º futuro	1.960,26	2.665,91	2.694,55	2.667,50	➡	As compras das indústrias estão fracas, mas a maior disponibilidade de EGF, em abril, permitirá comercialização mais cuidadosa. As normas de exportação ainda não foram definidas.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cz$ /sc. 60 kg	1.685,27	1.742,65	1.750,00	1.775,00	➡	Em plena safra e permanecendo os elevados estoques, o mercado está contido. Os preços ainda não atingiram o nível do preço mínimo. A disponibilidade de EGF será importante parâmetro.
CAFÉ Tipo 6 Cz$/sc. 60 kg	11.334,94	10.204,77	9.908,64	9.630,00	↘	Reajuste dos preços de garantia deverá ser fator positivo.
BOI GORDO Cz$ /arroba	2.876,59	152,74	1.608,68	1.680,00	↗	O consumo está baixo e há tendência a menor retenção de animais terminados, devido à aproximação do inverno.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP – DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contató com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cz$ /sc. 60 kg	2.592,47	3.145,65	3.141,67	3.150,00		Entressafra. O mercado só deverá se reabastecer a partir do final de abril, quando se inicia a colheita da safra da **seca.**
FRANGO Vivo Cz$ /kg	69,09	61,35	60,04	58,50		Verifica-se elevada produção de pintos de corte com consumo **retraído** e relativo barateamento da carne bovina.
MILHO Amarelo Semiduro Cz$ /60 kg		629,17	659,29	710,00		Influência da interrupção dos leilões da **CFP,** da entrada ainda lenta do produto novo e da política de valorização do **preço mínimo** acima da **inflação.**
SOJA - GRÃO Industrial Cz$ /60 kg	1.016,10	1.235,95	1.270,50	1.331,67		Até algumas semanas, a expectativa quanto à quebra da safra gaúcha era contida por relatos de chuvas esparsas, atingindo os "bolsões da seca". O melhor conhecimento das perdas poderá provocar uma **corrida** das indústrias, para a compra dos grãos. dos grãos.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: **DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.**

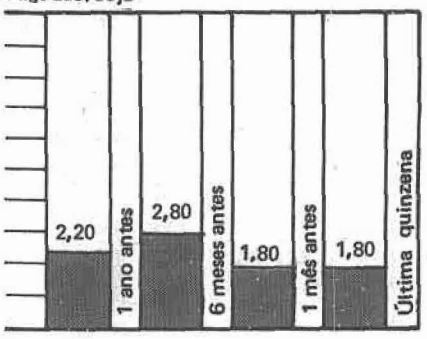
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

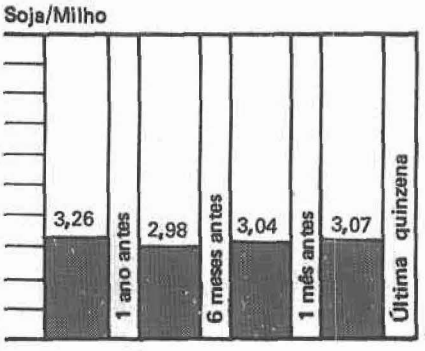
O impulso registrado nas vendas do algodão, em virtude do maior uso de fibras naturais durante o verão, sustentou a cotação do produto na última quinzena, frente à da média do mês. Como, no período, o preço da soja manteve-se praticamente inalterado, não ocorreu modificação no preço relativo.

Algodão/Soja



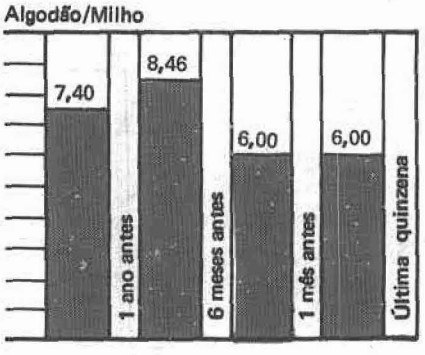
Da mesma forma que o verificado no caso da soja, o preço do milho, na quinzena, igualou-se ao da média do mês, praticamente repetindo o preço relativo. No que se refere à leguminosa, a expectativa de que o relatório de março, do **USDA**, sobre a intenção de plantio nos **EUA**, registrasse tendência ao aumento de sua semeadura, atuou negativamente sobre os preços; contrabalançando a tendência de alta advinda das exportações.

Soja/Milho



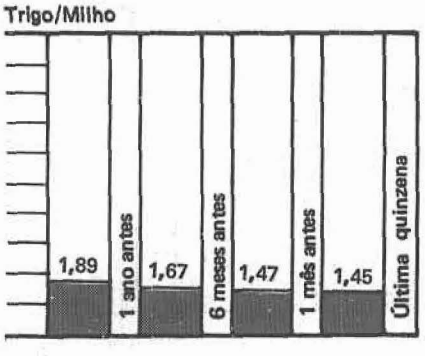
A supra mencionada estabilidade do preço do milho durante a quinzena deu-se em conseqüência da expectativa de que haja aumento de 2% na área plantada nos **EUA**, em 1988/89, compensada pela situação de menor oferta, em 1987/88. Observe-se que, há seis meses, o preço relativo era muito superior.

Algodão/Milho



O preço relativo da última quinzena do mês de março (1,45%) é o menor dentre os períodos apresentados, em razão da prolongada configuração de pesados estoques internacionais e safras abundantes de trigo. Contudo, o **Conselho Internacional do Trigo** destacou, em sua publicação oficial, datada de 24/3, que, após cinco anos, os estoques remanescentes, em 1987/88, deverão cair, em razão da produção ter sido de 508 milhões de t, para um consumo de 539 milhões de t.

Trigo/Milho

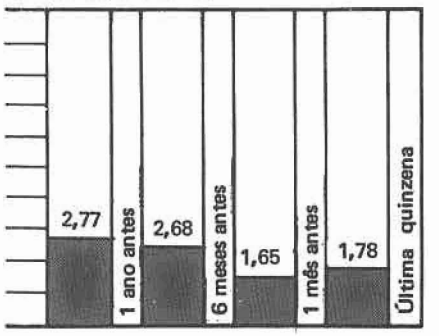


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

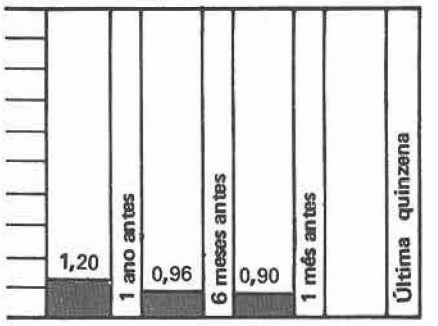
Na última quinzena, o preço relativo **boi gordo/frango vivo** superou o da média do mês, tendo em vista o avanço de 6% registrado no preço da carne bovina, enquanto o da ave se depreciava 2%. Embora o mercado de carnes se ressinta da baixa procura, os pecuaristas forçaram a alta das cotações do animal para abate, visando a diminuir sua desvalorização de 42% frente a um ano antes. Neste contexto, não se sustentou o preço de sua principal substituta, a carne avícola, mesmo porque o alojamento de pintos de corte é elevado para a atual contenção da procura varejista. O atual momento de **vale** do ciclo pecuário é muito bem visualizado pelo cotejo com o preço relativo **boi gordo/frango vivo** de um ano antes.

Boi Gordo/Frango Vivo



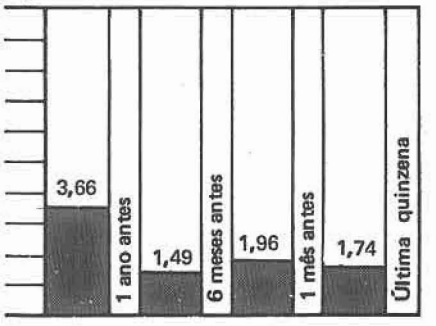
A falta de dados referentes à média quinzenal do preço da ração para ave de corte, compilados pelo **Instituto de Economia Agrícola/SP** impediu o cálculo do preço relativo **frango/ração** da última quinzena.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



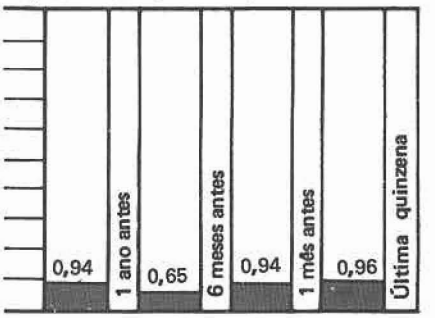
O preço relativo **soja/milho** da última quinzena não superou o da média do mês, isto porque, embora o preço da soja apresentasse um aumento de 2,7%, o do milho foi majorado em 4,7%. Este maior incremento se deveu a haver pouca disponibilidade do cereal, em fase de início da colheita. Além disso, enquanto o governo interrompia os leilões de seus estoques, com o intuito de deixar que os agricultores colocassem seu produto no mercado, estes aguardavam a liberação de recursos oficiais para a comercialização, o que acarretou pequena oferta. Em relação à soja, as mais recentes estimativas das perdas da safra gaúcha dão conta de ampliação dos danos causados pela estiagem. Com a expectativa de não mais serem alcançadas 19 milhões de t, no total do país, as indústrias acorreram ao interior, promovendo a referida elevação das cotações.

Soja/Milho



Em razão de, na última safra das **águas**, ter sido reduzido o plantio do **feijão-preto**, seu preço tem sofrido elevações, igualando-se ao tradicionalmente mais caro (nos últimos anos) **feijão-carioquinha** durante a quinzena e causando aumento do preço relativo **feijão preto/feijão carioquinha**. Além da pequena oferta da variedade **feijão-preto**, houve retenção do produto por parte das cooperativas do **Sul** do país, que só o liberarão a partir de fins de abril, ao se darem a entrada da safra da **seca** e o vencimento dos EGF.

Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

QUADRO 10 – LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA – PARTICIPAÇÃO RELATIVA E COMPARATIVA DE ÁREA E PRODUÇÃO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO COM INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS, SEGUNDO OS PRODUTOS AGRÍCOLAS

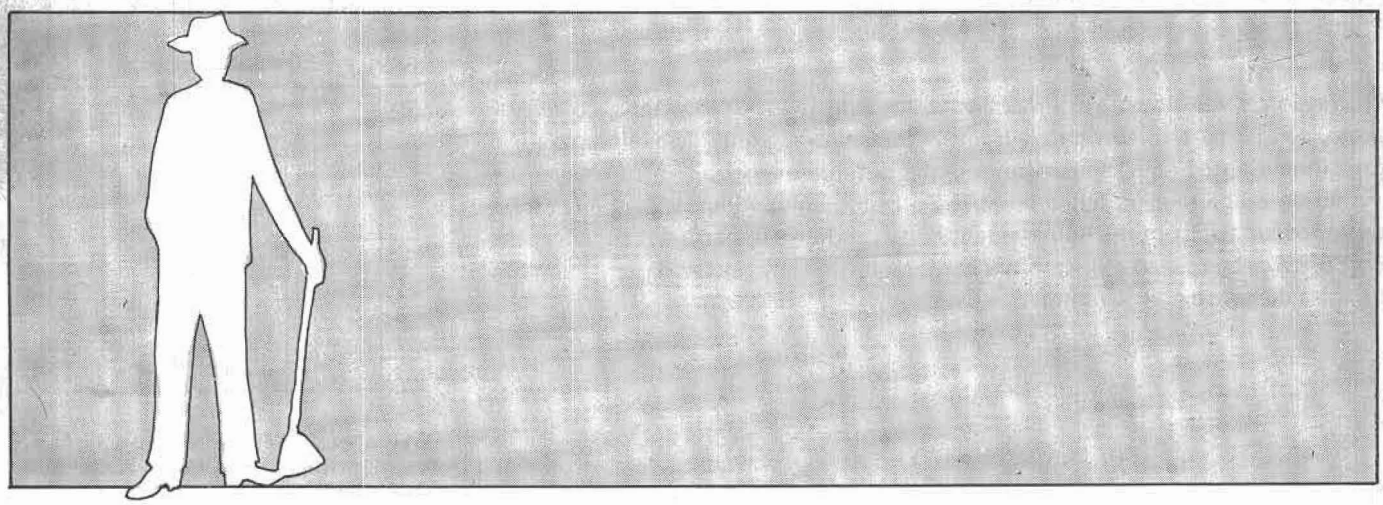
ESPECIFICAÇÃO	PARTICIPAÇÃO[1] (%)	ÁREA PLANTADA (ha)	PARTICIPAÇÃO[1] (%)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	84,49	39.309	88,01	885.688[3]
Algodão arbóreo (em caroço)	77,43	707.753	89,81	141.626
Algodão herbáceo (em caroço)	99,65	1.747.464	99,86	2.281.935
Alho	2,12	307	1,97	1.158
Amendoim em casca (1ª safra)	100,00	73.974	100,00	126.215
Amendoim em casca (2ª safra)	91,56	27.813	93,05	35.220
Arroz (em casca)	99,94	5.984.060	99,96	11.916.262
Banana	72,60	323.491	67,75	347.488[4]
Batata-inglesa (1ª safra)	100,00	106.002	100,00	1.400.019
Batata-inglesa (2ª safra)	49,03	30.180	31,11	301.509
Cacau (em amêndoa)	6,69	30.548	6,95	32.676
Café (em coco)	54,41	1.412.605	54,83	1.458.826
Cana-de-açúcar	97,62	4.303.905	98,41	271.589.733
Castanha de caju	55,71	238.679	33,11	55.617
Cebola	90,83	59.465	91,03	648.224
Coco-da-baía	59,63	111.742	53,96	336.785[3]
Feijão em grão (1ª safra)	100,00	3.386.671	100,00	1.813.927
Feijão em grão (2ª safra)	50,24	1.384.293	42,50	653.629
Fumo (em folha)	91,63	273.400	95,75	430.395
Guaraná (semente)	19,03	2.643	17,51	466
Juta (fibra)	100,00	15.659	100,00	20.117
Laranja	19,40	139.332	15,97	10.519.143[3]
Maçã	30,46	6.738	28,63	650.928[3]
Malva (fibra)	32,19	19.764	39,12	32.414
Mamona	94,17	306.651	94,20	182.068
Mandioca	86,83	1.593.916	86,65	19.786.220
Milho (em grão)	98,08	13.023.682	98,89	25.932.017
Pimenta-do-reino	2,96	826	1,01	538
Sisal ou Agave (fibra)	29,92	82.021	30,97	66.489
Soja (em grão)	100,00	10.562.736	100,00	19.867.844
Sorgo (em grão)	65,41	98.461	60,63	214.167
Tomate	88,66	45.570	89,78	1.655.791
Uva	73,24	42.999	71,96	537.082

FONTE – IBGE.

1 **Refere-se à participação das Unidades da Federação informantes no mês de fevereiro em relação ao total da área e da produção nacional;**

2 **dados preliminares sujeitos a retificações;**

3 **mil frutos.**



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organizaçao racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Ernani do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Mario Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Alfredo Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Casimiro Ribeiro, Luiz Fernando da Silva Pinto, Marcos Pereira Vianna e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Abgar Renault, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação dos Bancos do Estado de São Paulo, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mario Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Pôrto, Salles/Interamericana de Publicidade.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian M. Chacel
Diretor Adjunto: Angelo Jorge de Souza

Centro de Análise Macroeconômica: Julian M. Chacel (respondendo)
Centro de Estatística de Preços: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estudos de Consumo: Beatriz Mello Flores de Lima
Centro de Estudos Empresariais: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.
Centro de Gerência e Economia da Informação: Julian M. Chacel (respondendo)
Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
RIO DE JANEIRO - RJ
BRASIL